

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

MAYARA BISPO LEITE

**O bairro Gato Preto e seu patrimônio cultural diante da hegemonia logística na
(re)produção do espaço urbano em Cajamar-SP**

**The Gato Preto neighborhood and its cultural heritage in face of the logistical hegemony
of the urban space (re)production in Cajamar-SP**

São Paulo

2022

MAYARA BISPO LEITE

**O bairro Gato Preto e seu patrimônio cultural diante da hegemonia logística na
(re)produção do espaço urbano em Cajamar-SP**

Versão Corrigida

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Simone Scifoni

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L533b Leite, Mayara Bispo
O bairro Gato Preto e seu patrimônio cultural
diante da hegemonia logística na (re)produção do
espaço urbano em Cajamar-SP / Mayara Bispo Leite;
orientadora Simone Scifoni - São Paulo, 2022.
71 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Patrimônio cultural. 2. Memória operária. 3.
Metrópole. 4. (Re)produção espacial. 5. Setor
Logístico. I. Scifoni, Simone, orient. II. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais e minha querida irmã, com amor, admiração e gratidão por todo o apoio e presença.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pela oportunidade de trilhar o meu caminho.

Ao meu querido pai, Mauricio, que não concluiu os seus estudos devido às circunstâncias da vida, mas que, com toda a sua sabedoria sempre me mostrou a importância da educação para abrir portas e mudar a nossa realidade e que sem medir esforços sempre se desdobrou para que os meus planos se concretizassem.

À mulher mais incrível da minha vida, minha querida mãe, Maria, pela educação dada juntamente com o meu pai, pelos puxões de orelha quando necessário, pelo incentivo para que eu conquistasse a minha independência através dos estudos e do trabalho e por todo o carinho imensurável que só é possível receber de uma verdadeira mãe.

À minha maravilhosa irmã-amiga, Thainara, pela parceria de todas as horas, nos momentos bons ou difíceis, estando perto ou distante, pelas conversas e apoio, a qual, juntamente com meus pais, constitui a minha base, o meu alicerce.

Aos amigos incríveis que cruzaram o meu caminho ao longo dessa jornada acadêmica e que foram o meu suporte diário: Igor, José, Raquel, Rubens e Thiago, sou muito grata pela cumplicidade que construímos ao longo desses anos e dos que virão, tenho certeza. Agradeço também aos meus companheiros de jornada profissional, amizades que levarei para a vida e que tornaram as minhas experiências de estágio ainda mais prazerosas e enriquecedoras: Alex, Aline, Caio, Fernando, Henrique e Valmerson. A todos os demais colegas aqui não mencionados, mas com os quais tive a oportunidade de compartilhar histórias e aprendizados ao longo desses anos.

Aos docentes do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em especial à Profa. Dra. Simone Scifoni, os quais desempenharam um papel fundamental no meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional, ampliando os meus horizontes e perspectivas.

Aos moradores do Gato Preto, em especial à Camila e Hugo, por compartilharem seus conhecimentos e vivências a respeito das lutas travadas em prol da resistência do bairro; bem como à Dona Efigênia e os Senhores Eronides, Renato e Roberto, os quais abriram as portas de suas casas e memórias para mim, espero poder retribuir de alguma maneira através deste trabalho.

E, por fim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente ao longo da minha vida para que eu pudesse chegar até aqui.

Recuperar a dimensão humana do espaço
é um problema político dos mais urgentes
(BOSI, Ecléa, 2003)

RESUMO

LEITE, Mayara Bispo. **O bairro Gato Preto e seu patrimônio cultural diante da hegemonia logística na (re)produção do espaço urbano em Cajamar-SP**. 2022. 71 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O presente trabalho possui como eixo temático norteador o Patrimônio Cultural, discussão de grande relevância para a Geografia, na medida em que o espaço, seu objeto de estudo, é compreendido enquanto materialização das relações sociais, capaz de expressar o conjunto de produções materiais e imateriais provenientes de diferentes grupos sociais ao longo da história. A finalidade desta pesquisa é analisar o processo de destruição do bairro Gato Preto e de seu patrimônio cultural, situados no município de Cajamar, zona norte da Região Metropolitana de São Paulo, diante do contexto de (re)produção espacial da metrópole paulista efetivado pela implementação de galpões logísticos, fomentada nas últimas décadas pela expansão massiva do comércio eletrônico (e-commerce). Para tanto, adotou-se enquanto método de desenvolvimento o dedutivo, a abordagem qualitativa de cunho explicativo e os seguintes instrumentos técnicos: pesquisa bibliográfica e documental, produção de mapas a partir da coleta de dados secundários e execução de trabalhos de campo. Buscou-se mobilizar ao longo deste trabalho aspectos históricos, físicos (geologia, geomorfologia, planialtimetria e hidrografia) e político-econômicos. Quanto aos resultados gerais obtidos, apesar das discussões no âmbito do Patrimônio Cultural terem avançado a partir da década de 80, redefinindo sua etimologia e, por conseguinte, ampliando o próprio entendimento do que é cultura, observou-se que a questão prática da preservação e conservação da memória operária, bem como de outros grupos não-hegemônicos, ainda se encontra negligenciada em relação a sua real importância e valor. Ademais, foi possível constatar também o quanto a hegemonia logística que se impõe ao meio urbano de Cajamar atualmente, promovendo a dissolução de usos e finalidades de ocupação não ligadas à lógica capitalista, é resultante da subordinação do Estado à lógica de reprodução capitalista. Em suma, a problemática relacionada aos conflitos socioespaciais suscita a necessidade de refletirmos sobre o planejamento urbano das cidades contemporâneas, bem como sobre o modo de produção no qual estamos inseridos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória Operária. Metrópole. Urbano. (Re)produção Espacial. Setor Logístico. E-commerce.

ABSTRACT

LEITE, Mayara Bispo. **The Gato Preto neighborhood and its cultural heritage in face of the logistical hegemony of the urban space (re)production in Cajamar-SP.** 2022. 71 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The present work has as its guiding theme the Cultural Heritage, a discussion of great relevance to geography in the sense that space, its object of study, is understood as the materialization of social relationships, capable of expressing the set of material and immaterial products originating from different social groups throughout history. The purpose of this research is to analyze the process of destruction of the Gato Preto neighborhood and its cultural heritage, located in the city of Cajamar, North Zone of the São Paulo metropolitan area, in the face of the metropolis' spatial (re)production as realized by means of the establishment of logistics warehouses, promoted by the massive expansion of electronic commerce (e-commerce). To this end, the deductive method, the qualitative approach of explanatory nature, and the following technical tools have been adopted: bibliographic and documental research, the production of maps after secondary data collection, and field work. Throughout this work, the mobilization of historical, physical (geology, geomorphology, planialtimetry, and hydrography), and political-economic aspects was attempted. Regarding the results obtained, in spite of the progress made in the discussions within the scope of Cultural Heritage since the '80s, redefining its etymology and, thus, expanding the understanding of what is culture, it has been observed that the practical question of preservation and conservation of the working-class memory, as well as of other non-hegemonic groups, remains neglected in front of its true importance and value. In addition, it was possible to confirm the extent to which the logistics hegemony currently imposing itself amid the urban environment of Cajamar, promoting the dissolution of uses and purposes not aligned with the capitalist logic, is a byproduct of the subordination of the State to the capitalist logic of reproduction. In summary, the problematics related to socio-spatial conflicts evoke the need for reflection about the urban planning of contemporary cities as well as the means of production in which we are inserted.

Keywords: Cultural Heritage. Working Class Memory. Metropolis. Urban. Spatial (Re)production. Logistics Sector. E-commerce.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da área de estudo	14
Figura 2 - Forno de alvenaria existente no local antes da chegada dos Beneduce	28
Figura 3 - Fornos metálicos construídos pela família Beneduce.....	28
Figura 4 - Mapa de recursos minerais e litologia do município de Cajamar	30
Figura 5 - Cotidiano do Gato Preto na primeira metade do Século XX	32
Figura 6 - Croqui Lugares da Memória: a dinâmica socioespacial do Gato Preto na segunda metade do Século XX.....	35
Figura 7 - Planta de regulamentação do tombamento da EFPP no Gato Preto, com destaque para a área atualmente demolida na qual está sendo edificado um empreendimento logístico	42
Figura 8 - Mapa do contexto viário e expansão logística em Cajamar (2000-2022).....	49
Figura 9 - Forno de alvenaria desativado, degradado e exposto às intempéries	53
Figura 10 - Resquícios da antiga ponte que sustentava os trilhos em direção à vila Bocaína em situação degradante, com vegetação nos interstícios da estrutura	53
Figura 11 - Fragmento do material rodante pixado e com ferrugem.....	53
Figura 12 - Plano diretor de implantação geral	55
Figura 13 - Panorama geral da paisagem do Gato Preto com predominância dos galpões logísticos.....	56
Figura 14 - Mapa de risco de inundação: folha CAJ/007.....	57
Figura 15 - Visão panorâmica do antigo campo de futebol da vila DER transformado em piscinão para reter as enxurradas e, aos fundos, a obra de terraplanagem da empresa Marabraz.....	58
Figura 16 - Visão à montante da vila: obra de terraplanagem da empresa Marabraz, localizada no limite norte do bairro Gato Preto.....	59
Figura 17 - Visão à jusante da vila, sendo possível notar que a sua altimetria é mais baixa em relação ao entorno	59
Figura 18 - Comporta de 60cm instalada na entrada da residência de Dona Efigênia	59
Figura 19 - Comporta de 60cm instalada nos fundos do quintal da residência de Dona Efigênia.....	59
Figura 20 - Mapa de redefinições territoriais e finalidades de uso do bairro Gato Preto	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instrumentos utilizados na pesquisa	16
Tabela 2 - Cronologia dos principais acontecimentos do processo de tombamento nº 1273/80	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPF	Associação Brasileira de Preservação Ferroviária
BPCCo	The Brazilian Portland Cement Company
CBCPP	Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus
CCR	Companhia de Concessões Rodoviárias
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
COPASE	Companhia Paulista de Papel e Celulose
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
EFPP	Estrada de Ferro Perus-Pirapora
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
ENEL	Entidade Nacional de Eletricidade
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEH	Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SNM	Secretaria dos Negócios Metropolitanos
SPR	The São Paulo Railway Company
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
ZEI	Zona Especial de Interesse Social
ZIPI	Zona de Interesse Predominantemente Industrial

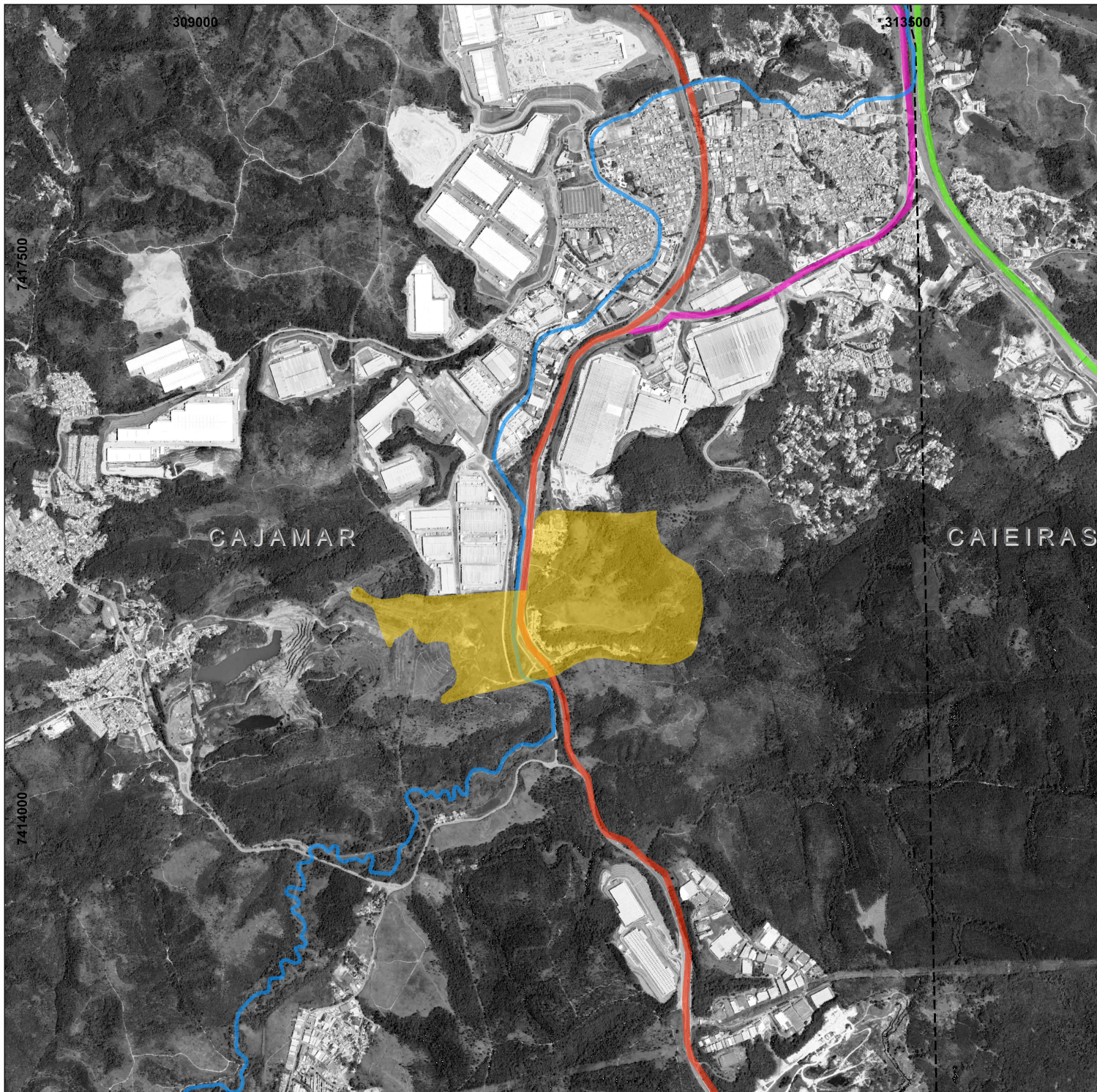
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO (SOCIAL)	18
2.2 A PRODUÇÃO ESPACIAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	19
2.3 A (RE)PRODUÇÃO ESPACIAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO FINANCEIRO	22
2.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL SOB A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: LUGAR, MEMÓRIA, RUGOSIDADES ESPACIAIS E DIMENSÕES DE VALOR	23
3 A CONSTITUIÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO	27
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA	27
3.2 CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS E SOCIAIS DO BAIRRO	31
3.2.1 <i>A tríade minério-ferrovia-indústria no início do Século XX</i>	31
3.2.2 <i>A dinâmica socioespacial na segunda metade do Século XX</i>	33
4 O GATO PRETO ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL	36
4.1 CAPITALISMO INDUSTRIAL E MEMÓRIA OPERÁRIA	36
4.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO E SUA REGULAMENTAÇÃO	38
5 OS AJUSTES NO PATRIMÔNIO E A DISSOLUÇÃO DO BAIRRO	44
5.1 CAPITALISMO FINANCEIRO E INFORMACIONAL: A INSERÇÃO DE CAJAMAR NA NOVA DINÂMICA MUNDIAL A PARTIR DO SETOR LOGÍSTICO	44
5.1.1 <i>A (re)produção espacial em Cajamar através do mercado imobiliário e os conflitos de uso do solo urbano</i>	46
5.1.1.1 Os ajustes do patrimônio no Gato Preto e a atuação do Estado diante da nova dinâmica capitalista	50
5.2 O BAIRRO GATO PRETO ENQUANTO RUGOSIDADE E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS DA (RE)PRODUÇÃO ESPACIAL CAPITALISTA	53
5.2.1 <i>O empreendimento logístico</i>	53
5.2.2 <i>As consequências da implementação dos galpões logísticos para o bairro</i>	56
5.2.3 <i>Rugosidade espacial vs homogeneização</i>	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

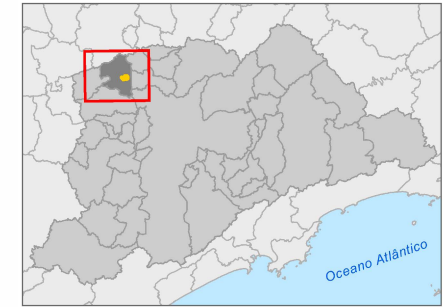
1 INTRODUÇÃO

A despeito da dicotomia existente entre Geografia física e humana, a premissa de todos os estudos que se propõem geográficos é a busca pela compreensão da relação sociedade-espço. Assim, o conjunto de modos pelos quais os seres humanos se apropriam física e intelectualmente da natureza, se relacionam socialmente com os demais sujeitos e edificam o seu trabalho, dizem respeito à pluralidade de modos de se colocar no mundo enquanto indivíduo e sujeito social e, por conseguinte, de produzir e transformar o meio em que vivem. Por esta razão, a ciência geográfica abarca uma ampla gama de temáticas, dentre elas, a que diz respeito ao Patrimônio Cultural, discussão esta que se torna de grande relevância para a Geografia, na medida em que o espaço, seu objeto de estudo, é compreendido enquanto materialização das relações sociais, capaz de expressar o conjunto de produções materiais e imateriais provenientes de diferentes grupos sociais ao longo da história. Sendo, portanto, o eixo temático norteador do presente trabalho.

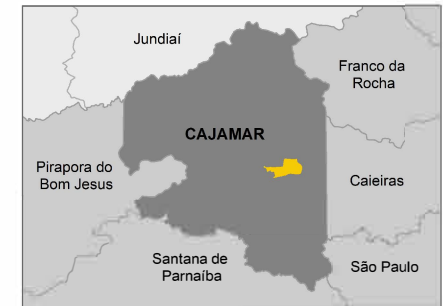
Para mobilizar as discussões no entorno desta temática, o bairro Gato Preto, situado no município de Cajamar, zona norte da Região Metropolitana de São Paulo, foi o objeto de estudo escolhido para a referida pesquisa, visto que, atualmente quem percorre a via Anhanguera ao longo de sua intersecção com a cidade de Cajamar facilmente nota a hegemonia dos polos logísticos situados paralelamente ao longo de seu trecho viário; entretanto, o que muitos desconhecem é que em meio a essas novas formas que vem se destacando na paisagem urbana da cidade ao longo das últimas décadas, encontra-se soterrada as ruínas e a história de um patrimônio cultural: o Gato Preto, primeiro núcleo urbano da cidade, intimamente ligado com o complexo ferroviário-industrial da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) e, por conseguinte, com a história de São Paulo e do país.



Contexto Metropolitano



Contexto Municipal



LEGENDA

- Ribeirão dos Cristais
- Rodovia Anhanguera
- Rodovia dos Bandeirantes
- Rodovia Edgar Máximo Zamboto
- Área de Estudo - Bairro Gato Preto (perímetro aproximado)
- Limite municipal

FONTE

Área de Estudo: Delimitada a partir das curvas de nível e estradas vicinais contidas no Basemap World Topographic Map. 2021. 1:4.000
 Curso d'água: Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (adaptado). 2018. 1:50.000
 Rodovia: MapBiomias. 2020. Escala não informada
 Imagem Base: GoogleEarth. 2020. 1: 3.000



PROJEÇÃO: Universal Transversa de Mercator (UTM)
 ZONA: 23-S
 MERIDIANO CENTRAL: -45°
 SISTEMA DE REFERÊNCIA: SIRGAS-2000
 ESCALA: 1:35.000

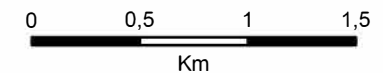


Figura 1 – Localização da Área de Estudo (fonte: elaboração própria, 2021)

O Gato Preto se constituiu enquanto núcleo urbano em meados de 1910 devido à produção de Cal realizada pela família Beneduce nos fornos construídos no local e o transporte desse material foi a justificativa para a construção da EFPP - Estrada de Ferro Perus-Pirapora, devido a necessidade de escoamento do produto para a metrópole paulista por meio da São Paulo Railway (IPEH, 2008, p. 57). Posteriormente, com a criação da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP), primeira fábrica cimenteira do país e palco de uma das maiores greves operárias já articuladas, os fornos de Cal do Gato Preto destinaram-se a produzir exclusivamente a matéria-prima do produto fabricado pela Companhia.

Dessa forma, até o momento de fechamento da Indústria, todo o crescimento demográfico do bairro e da cidade esteve associado ao cotidiano operário regulado pelo funcionamento do complexo ferroviário-minerário-industrial. Por esta razão, desde a paralisação de suas atividades, algumas das edificações situadas no Gato Preto e em Perus foram incluídas no perímetro da área envoltória da EFPP, tombada como patrimônio pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) em 1987. Entretanto, o tombamento das edificações no Gato Preto não foi suficiente para evitar o descaso político em suas diferentes esferas para com o acervo, suscetível às intempéries e ao vandalismo, bem como impediu ou responsabilizou os proprietários fundiários pela demolição total do patrimônio efetivada em 2013, destruição esta que ocasionou a remoção de cerca de 150 famílias que residiam no local.

No cenário atual, o bairro encontra-se cindido pela Rodovia Anhanguera, cuja parcela concernente às edificações tombadas está em ruínas sob a construção de um empreendimento da Faja Desenvolvimento Urbano Ltda., destinado a ser um condomínio logístico, dentre tantos outros que vêm sendo implantados na cidade. As únicas formas que restaram relativas à memória operária são algumas casas geminadas e uma capela, cujos moradores que ainda restam encontram-se hoje no âmago de uma disputa territorial, também ameaçados pela expansão territorial da empresa Comercial Zena Móveis Ltda. (Grupo Marabraz), uma vez que obras estão sendo realizadas na adjacência do bairro, visando a ampliação do respectivo centro de distribuição.

A partir deste panorama, a referida pesquisa possui como finalidade analisar o processo de destruição do bairro Gato Preto e de seu patrimônio cultural diante do contexto de (re)produção espacial da metrópole paulista, fomentada nas últimas décadas pela expansão

massiva do comércio eletrônico (e-commerce) e dos grandes grupos multinacionais que dominam este setor. Quanto aos seus procedimentos metodológicos, o método de desenvolvimento adotado foi o dedutivo, tendo em vista a intenção em se utilizar de leis e conceitos gerais para compreensão de uma situação específica/particular, isto é, a atual dinâmica socioespacial do bairro Gato Preto. Concernente à natureza da pesquisa, a abordagem utilizada foi a qualitativa, de cunho explicativo, sendo que as técnicas usadas no desenvolvimento do trabalho se referem aos seguintes instrumentos:

Tabela 1 - Instrumentos utilizados na pesquisa (fonte: elaboração própria, 2022)

Pesquisa bibliográfica e documental	Levantamento bibliográfico de materiais em diferentes formatos (audiovisuais, documentos escritos, livros, recortes jornalísticos) que dizem respeito à história do bairro no contexto de funcionamento do complexo ferroviário-industrial da EFPP e sua importância na fundação da cidade de Cajamar e no processo de modernização de São Paulo
	Busca por acervo fotográfico do bairro em diferentes momentos históricos (desde a sua fundação no Século XX até atualmente - antes e depois da demolição)
	Levantamento documental a respeito da legislação de conservação do patrimônio cultural e órgãos responsáveis por sua preservação, bem como o próprio processo de tombamento
	Levantamento bibliográfico a respeito da legislação municipal no que diz respeito ao incentivo fiscal para a instalação de empreendimentos logísticos no município de Cajamar e as demais políticas públicas implementadas nas últimas décadas
	Levantamento bibliográfico de autores que versam sobre a produção do espaço urbano no contexto capitalista industrial e financeiro-informacional, em especial no que diz respeito ao momento de (re)produção da metrópole e mundialização/globalização
Produção de mapas a partir da coleta de dados primários e secundários	Produção de mapas sobre o bairro Gato Preto e seu contexto regional: extensão, localização e distribuição da linha férrea, geomorfologia, geologia, hidrografia, suscetibilidade a processos geodinâmicos e divisões político-administrativas
	Levantamento de dados e/ou mapas que expressam as mudanças na função do uso e ocupação do solo em Cajamar (com foco no distrito de Jordanésia, onde situa-se o bairro Gato Preto) no decorrer da última década; fruto da dinâmica espacial de instalação dos polos logísticos de empresas multinacionais na cidade

Trabalho de campo	Realização de entrevistas do tipo história oral temática sobre o Gato Preto com quatro moradores: Sr. Eronides, de 57 anos, morador nas décadas de 70/80; Sra. Efigênia, de 75 anos, que reside no bairro (vila DER) desde a década de 50 e seus dois filhos: Roberto de 49 anos e Renato de 43 anos. Optou-se pelo método da história oral, pois diferentemente das entrevistas com perguntas direcionadas/fechadas, esta propicia maior abertura e liberdade para que os indivíduos relatem a sua vivência e relação com o bairro, discorrendo sobre lembranças e tópicos que acreditam ser relevantes de compartilhar
	Visitas de campo no bairro, com o intuito de criar um inventário fotográfico de seu contexto atual e do processo de construção do empreendimento logístico da Faja Desenvolvimento Urbano Ltda., o qual se encontra em andamento na porção demolida

Desta forma, a partir dos objetivos propostos e metodologias adotadas, excetuando os tópicos de introdução (capítulo 1) e considerações finais (capítulo 6), a presente pesquisa resultou nas discussões estabelecidas ao longo de quatro capítulos estruturantes, compostos pelos seguintes conteúdos: primeiramente, o capítulo 2 se propõe a realizar um resgate teórico dos principais autores e conceitos mobilizados na construção do raciocínio desenvolvido ao longo da pesquisa; o capítulo 3 diz respeito à origem, características socioespaciais e relevância do bairro Gato Preto diante do contexto industrial-minerário-ferroviário no qual estava inserido; o capítulo 4 versa detalhadamente sobre o processo de tombamento do patrimônio cultural relativo à EFPP tendo como foco o bairro Gato Preto e, por fim, o capítulo 5 se propõe a analisar as metamorfoses espaciais do bairro, tendo em vista o processo de destruição do patrimônio cultural sobreposto à (re)produção espacial do meio urbano, expresso pela construção de galpões logísticos no local, buscando desvelar as causas e os agentes multiescalares responsáveis por este processo; ainda neste capítulo discorreremos sobre as consequências socioambientais oriundas da implementação dos polos logísticos e a consolidação do bairro enquanto uma rugosidade espacial, trazendo reflexões sobre as tendências futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de analisar as recentes transformações socioespaciais do bairro do Gato Preto e a destruição de seu patrimônio cultural no contexto de (re)produção espacial da metrópole paulista, a teorização a ser desenvolvida ao longo desta pesquisa estrutura-se a partir das categorias analíticas discutidas a seguir.

2.1 O espaço geográfico (social)

O conceito central que embasa o presente estudo, bem como a ciência geográfica como um todo, é a questão espacial. Antes mesmo da Geografia se consolidar enquanto campo científico, o espaço já era objeto de interesse de outras ciências, como a filosofia, com Platão e Aristóteles, e a matemática, com Descartes, por exemplo. Dessa forma, ao longo do tempo, foram desenvolvidas diferentes compreensões acerca desse conceito de acordo com o enfoque do campo científico. Neste caso, as acepções de espaço adotadas como premissa para a referida pesquisa correspondem às formulações teóricas de Henri Lefebvre e Milton Santos. A partir de sua ampla produção teórica, em obras como *O Direito à Cidade* (1968) e *A Produção do Espaço* (1974), Henri Lefebvre discorre sobre a teoria espacial. O autor nos apresenta o conceito de espaço enquanto um produto social, isto é, a materialização das relações sociais estabelecidas no âmbito do modo de produção vigente. Dessa forma, dentre as implicações estabelecidas a partir dessa proposição, encontra-se o fato de que cada sociedade, com seu modo de produção e as diversidades que ele engloba, produz o seu próprio espaço, sendo este distinguível do espaço natureza: a matéria-prima sobre a qual operam as forças produtivas de sociedades diversas para produzir o seu próprio espaço.

O conceito de espaço apresentado por Lefebvre vai ao encontro das formulações teóricas elaboradas por Milton Santos. De acordo com o autor, o espaço geográfico corresponde ao objeto de estudo dessa ciência, sendo este definido como a natureza modificada pelo homem mediante o seu trabalho (SANTOS, 1978, p. 150). Neste sentido, à semelhança de Lefebvre, Santos distingue a natureza natural, em que o homem inexistente ou não é o seu centro, da natureza artificial/social, aquela que é construída permanentemente pelo homem e, portanto, constituinte de um espaço eminentemente humano, que por sua vez, é geográfico e social.

Cabe destacar ainda que tanto Lefebvre quanto Santos realizam ressalvas acerca das interpretações desdobradas a partir do postulado de que o espaço é um produto social. Ambos os autores alertam que este fato não torna o espaço apenas um mero reflexo da sociedade

contemporânea que o produziu, na realidade ele se realiza tanto enquanto obra, resultante do trabalho social, quanto como motor das relações sociais instituídas, por influenciar também as ações humanas uma vez materializado. Como afirma Santos,

nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem [como o espaço], nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si esses pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. (SANTOS, 1978, p. 172)

Da mesma forma, Lefebvre afirma que,

enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. (LEFEBVRE, 1974, p.7)

A partir dessa constatação, para Lefebvre, o espaço enquanto fato social (produto-produtor) resulta na triplicidade de sua dimensão: vivido (prática espacial), concebido (representação do espaço) e percebido (espaço de representação). Já para Santos, o espaço enquanto fato social implica na possibilidade de dissonância entre alguma das formas espaciais concebidas e a estrutura social vigente; neste sentido, ele introduz o conceito de rugosidades para se referir à permanência na paisagem de espaços construídos por estruturas sociais anteriores, isto é, formas espaciais que cristalizaram um momento histórico, um modo de produção, uma técnica, que outrora deixou de realizar-se na dinâmica social. Ainda de acordo com o autor, sendo o espaço uma forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, alguns se adaptam às formas preexistentes e outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1978, p. 173), é neste aspecto que reside o ponto de intersecção da Geografia com o campo de estudo concernente ao patrimônio cultural, discussão que retomaremos adiante.

2. 2 A produção espacial no contexto do capitalismo industrial

Tendo como pressuposto a proposição de que o espaço é a materialização das relações sociais instituídas sob determinado meio de produção, cabe aqui compreendermos como a produção espacial se realiza no âmbito do sistema capitalista, antes de efetivamente discutirmos a questão do patrimônio cultural a partir da perspectiva geográfica.

Podemos compreender o capitalismo como um modelo de desenvolvimento econômico e social implementado a partir do Século XVII, com o advento das grandes navegações, cujos fundamentos de sua realização alteraram o próprio significado da

Economia. Como afirma Leonardo Boff (2000, p. 33), desde os clássicos gregos até o momento de instauração desse sistema, a Economia era compreendida como a arte de satisfazer as necessidades da oikos, isto é, da casa, tanto em seu sentido restrito (residência, cidade, país), quanto em seu sentido mais amplo, como casa comum: a Terra. Com sua instauração, o sentido da Economia foi deturpado, desvinculando-se da oikos e de suas necessidades comuns, passando a ser uma técnica de criação de riqueza por si própria, tendo como finalidade gerar riqueza e acumulá-la cada vez mais, sendo a exploração do trabalho humano o fundamento necessário à reprodução desse sistema.

Neste sentido, ao discutir sobre a lógica do capitalismo e a especificidade do capital enquanto uma relação de exploração, Paul Singer (1938, p. 27) conceitua o capital como sendo uma riqueza que é investida para engendrar mais riqueza para seu possuidor, por meio da seguinte metamorfose: capital-dinheiro (capital constante) → capital-mercadoria (meio de produção e força de trabalho) → capital-mercadoria (produto) → capital-dinheiro (mais-valia), sendo que esta só ocorre no âmbito social; por esta razão o autor afirma que a melhor maneira de definir o capital é entendê-lo enquanto relação social

no fundo, o capital é uma forma específica de relacionamento entre homens em sociedade, na qual proprietários de riqueza empregam o trabalho de não-proprietários para produzir mais riqueza. Capital é, portanto, uma relação social que se materializa em objetos: em dinheiro, em meios de produção, em trabalho pago por salário, em produtos vendidos em mercados. É claro que cada forma material do capital corporifica relações específicas que, em seu conjunto, formam relação-capital. (SINGER, 1938, p. 29)

Definindo o capital enquanto um valor que se valoriza no âmbito das relações sociais, Singer também discute as dimensões de valor: valor de uso e valor de troca. De acordo com ele, o primeiro aspecto diz respeito à utilidade e ao consumo do produto resultante do processo de produção, não sendo possível mensurar com exatidão o seu valor específico, devido à capacidade de usufruto do mesmo ser subjetiva, variando entre os sujeitos sociais. Em contrapartida, o segundo aspecto diz respeito à capacidade do produto de ser vendido/trocado por outra mercadoria equivalente, cuja correspondência é expressa pelo preço.

Diante desta breve apresentação acerca da lógica e dinâmica capitalista, cabe retornarmos às formulações teóricas de Lefebvre para compreendermos em que medida o modo de produção interfere na questão espacial. Ao analisar o espaço urbano e a construção

da cidade, o autor discorre sobre como a produção espacial se realiza no modo capitalista a partir das duas categorias de valor - uso e troca.

Apesar do capitalismo se instituir enquanto sistema socioeconômico no âmbito do mercantilismo, embasado sobre a produção manufatureira, foi com a industrialização que o mesmo ganhou uma projeção maior, tornando-se o modo de produção hegemônico. De acordo com a teorização de Lefebvre, o processo de industrialização é o que caracteriza a sociedade moderna e o mesmo ocorre simultaneamente com a urbanização, alterando o sentido do espaço construído até então nas cidades pré-capitalistas. De acordo com o autor, as cidades pré-industriais eram o centro da vida social e política, onde se acumulavam não apenas as riquezas, como também os conhecimentos, as técnicas e as obras, sendo a própria cidade uma obra, contrastando com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção das trocas, dos produtos; com efeito, a obra é valor de uso e o produto valor de troca (LEFEBVRE, 1968, p. 12).

Assim, a produção capitalista tende a ressignificar a construção do espaço e as relações humanas, superando as necessidades vitais que regiam a construção da cidade-obra até então, passando a materializá-la a partir do seu valor de troca, adquirindo um caráter de produto, tornando ela própria uma mercadoria. Dessa forma, a oposição entre valor de uso e valor de troca constituinte do capital se expressa também no espaço.

Lefebvre ainda discute um outro aspecto contraditório do espaço constituído sob a lógica capitalista: a homogeneidade-fragmentação-hierarquia. De acordo com o autor, o espaço

tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação [...] Paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. (LEFEBVRE, 1974, p.10-11)

Essa contradição se instaura na produção do espaço ao passo que o capitalismo, processo expansível e tecnologicamente dinâmico (HARVEY, 2001, p. 162), se amplia espacialmente em novas áreas e sobre novos moldes, aprofundando suas inerentes desigualdades socioespaciais e constituindo um espaço fragmentado em decorrência da sua lógica de acumulação, que concentra socialmente as riquezas nas mãos de poucos indivíduos e as centraliza em territórios específicos. Por esta razão, a propriedade privada contraditoriamente se constitui enquanto condição e empecilho para a sua realização.

2.3 A (re)produção espacial no contexto do capitalismo financeiro

A expansão do sistema capitalista ganha uma amplitude ainda maior com o advento do período técnico-científico, assim intitulado e definido por Milton Santos como uma nova fase histórica, na qual

o mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças ao progresso da informática. (SANTOS, 1994, p. 117)

Neste contexto de mundialização do capitalismo, o capital financeiro se torna hegemônico em relação ao capital industrial e a dinâmica de produção espacial é redefinida tendo como principal agente o mercado imobiliário, através do investimento na compra da terra urbana para a produção dos edifícios corporativos que serão destinados ao mercado de locação (CARLOS, 2005, p. 29). Dessa forma, os valores de uso são mais frequentemente transformados em valores de troca, ampliando a economização da vida social (SANTOS, 1994, p. 121).

Emerge, então, um novo padrão de urbanização em que a forma elementar é o enclave fortificado, isto é, espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho, que enfatizam o valor do que é privado, sendo fisicamente demarcado e isolado por muros, grades, voltados para o seu interior, cuja vida pública é rejeitada explicitamente (CALDEIRA, 2000). Ademais, enquanto o mercado imobiliário investe na verticalização de condomínios privados no centro da cidade, também encontra nos antigos territórios-reserva uma oportunidade lucrativa de investimento. É neste contexto em que ocorre a suburbanização das elites paulistas e a desconcentração industrial, cujo desenvolvimento da malha viária de trânsito rápido (rodovias) com fácil acesso ao centro da cidade, os incentivos/isenções fiscais e o preço baixo dos terrenos dos municípios localizados na franja urbana se constituem um atrativo para esse movimento. Em suma, como destaca Fani ao referir-se à nova dinâmica urbana da metrópole paulista,

a integração da metrópole ao processo de mundialização dá-se pelo movimento dialético entre integração de São Paulo ao capitalismo internacional - centralização financeira, com o crescimento do setor bancário e dos serviços modernos; pela desintegração do modo de vida tradicional, da organização do trabalho, das relações de vizinhança; pela deterioração dos espaços públicos, do centro histórico, das condições de vida na metrópole. Integração/desintegração/deterioração revelam o movimento do processo atual, dando conteúdo à urbanização. (CARLOS, 2004, p. 36)

Em decorrência do aumento da complexidade da rede urbana, dificultando a compreensão total das problemáticas que a envolvem, Milton propõe três níveis de análise: 1. planetário (mundial), 2. nível nacional (do Estado-nação) e 3. o regional e local, deixando claro a sua interdependência, embora seja possível dar mais ênfase a um deles, segundo o enfoque escolhido (SANTOS, 1994, p. 123). Neste caso, tratando-se especificamente da inserção da cidade de Cajamar nesta atual dinâmica, dentre os trabalhos mais expressivos até o momento sobre essa questão encontra-se a tese do arquiteto e urbanista Alexandre Mitsuro, intitulada *A reestruturação imobiliária e os arranjos escalares na (re)produção da metrópole: o caso de Cajamar-SP*, cujo estudo se debruça na análise das atividades imobiliárias de âmbito residencial e logístico efetivadas ao longo da última década na cidade de Cajamar, tendo em vista os arranjos multiescalares estabelecidos entre agentes financeiros globais, locais e o poder público, responsáveis pela atual dinâmica de produção espacial da metrópole paulista.

2.4 O patrimônio cultural sob a perspectiva geográfica: lugar, memória, rugosidades espaciais e dimensões de valor

A etimologia da palavra patrimônio tem origem no termo latino “patrimonium”, que significa herança/propriedade paterna, isto é, tudo aquilo que pertence ao pai de família e que pode ser transmitido entre as gerações. O conceito surgiu ainda na Roma Antiga e o seu sentido esteve ligado, a priori, a um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no interior da elite. Apesar da concepção de patrimônio ter se ampliado ao longo do tempo, sobretudo a partir da expansão do Cristianismo, englobando a noção religiosa e posteriormente, partindo da esfera individual para a coletiva; ainda assim, até a primeira metade do século XX, de acordo com Margarita Barreto (2000 apud MONASTIRSKY, 2009, p. 323), a concepção de patrimônio cultural resumia-se às obras de arte - pintura, escultura e arquitetura - e essas, geralmente, configuram-se nas obras monumentais, obras de artes consagradas, propriedades de luxo associadas às classes dominantes. Foi somente no período pós-segunda guerra mundial que o conceito de cultura foi revisado, influenciando no patrimônio.

É neste contexto de redefinição etimológica que a Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 216, modifica o termo “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro”, ampliando o próprio entendimento de cultura e patrimônio. Ao passo que o conceito de patrimônio decretado em 1937 o compreendia enquanto um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação é de interesse público, quer por sua

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Art. 1º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), a nova Constituição o conceitua enquanto

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, art. 216)

Ou seja, nessa redefinição promovida pela Constituição, o conceito de cultura incorporou em seu sentido a produção e os valores de diferentes grupos sociais, incluindo os não- hegemônicos. Neste sentido, o patrimônio cultural passa a abarcar não apenas as manifestações artísticas eruditas, mas também os hábitos, usos e costumes, as crenças, as formas de vida cotidiana da sociedade e a sua memória, podendo ser identificado nos bens culturais-históricos e nas manifestações sociais atuais (MONASTIRSKY, 2009, p. 323). Com esta ampliação de conceito, a discussão do patrimônio cultural se torna relevante para a Geografia na medida em que o espaço é considerado um fato social, no qual se materializa as relações dos diversos sujeitos conforme suas diferentes apropriações.

O que diversos autores levam em consideração ao discorrerem sobre o patrimônio cultural sob a perspectiva geográfica são as categorias analíticas de memória coletiva, identidade e lugar. Para Leonel Brizolla, por exemplo, o contexto de globalização no qual estamos inseridos atualmente torna a questão do patrimônio cultural ainda mais urgente, devido a sensação da perda de referências e de desligamento com o passado, provenientes da aceleração do tempo e do massivo fluxo de informações neste novo período, levando à necessidade de aproximação e recuperação da memória - elo da construção identitária do sujeito no mundo. Para o autor, o patrimônio cultural nada mais é do que um lugar de memória coletiva que paralisa um determinado momento munindo-se de sentido e significações, sendo ainda fruto de uma escolha, cuja decisão de permanência ou destruição parte de principalmente dois agentes no contexto urbano: o Estado e as forças econômicas. Neste sentido, podemos interpretar todo patrimônio cultural enquanto uma rugosidade, tal como Milton Santos a conceitua: um espaço-testemunho de um momento no mundo, de um modo de produção, pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada

(1978, p. 173), ainda que não seja possível afirmar o contrário, isto é, que toda rugosidade é um patrimônio cultural.

Em consonância a essas concepções, ao discorrer sobre o patrimônio cultural sob a perspectiva geográfica, Lauro César Figueiredo retoma a oposição existente entre valor de uso e troca do espaço; para ele, essa é a premissa da discussão sobre patrimônio. De acordo com o autor, a preservação do patrimônio edificado e da memória é contrária à lógica capitalista, que tende a transformar o espaço em mercadoria, sobrepondo-a somente ao valor de troca em detrimento do seu real valor de uso (2013, p. 66). É neste sentido que a produção espacial no contexto de financeirização capitalista, responsável por sua reestruturação a partir do valor de troca, imprime ao patrimônio cultural um novo aspecto: o de barreira/obstáculo, cuja tendência é ser eliminado a partir do que Scifoni define como ajustes de patrimônio: um conjunto de mecanismos articulados por meio estatal com a finalidade de viabilizar a aprovação de empreendimentos privados e grandes projetos públicos que não seriam aprovados pela legislação que resguarda a preservação do patrimônio, flexibilizando-a (2015, p. 211). Assim, de acordo com a autora, o patrimônio se torna uma barreira quando

a preservação inviabiliza a implantação de empreendimentos atrelados à concepção de um determinado projeto voltado para a realização máxima do valor e do lucro na produção imobiliária [...] O patrimônio torna-se obstáculo, também, quando o seu uso e apropriação social não se adaptam à lógica hegemônica que produz o espaço urbano homogêneo como condição de sua valorização. (SCIFONI, 2015, p. 211)

Tratando-se especificamente do patrimônio cultural do Gato Preto, parte integrante do complexo tombado da Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP), dentre as principais fontes documentais que discorrem sobre o bairro e sua relação com a ferrovia e a indústria cimenteira encontra-se o processo de tombamento nº 21273/80, iniciado pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) junto ao CONDEPHAAT. O documento ramifica-se em 2 volumes, cuja colaboração de diversos profissionais constituiu um acervo muito amplo a respeito da importância histórica, das características físicas e da dinâmica socioespacial do complexo, por meio da produção de mapas, croquis, fotografias e inventários dos bens tombados.

Dentre outras produções de grande relevância que discorrem sobre o Gato Preto em seu contexto integrado com o patrimônio da EFPP, encontra-se o livro *O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar*, desenvolvido pelo IPEH - Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana como resultado de um projeto didático voltado para professores e

alunos trabalhem conjuntamente o resgate da história local da região; Elcio Siqueira, doutor em História Social pela UNICAMP, foi o supervisor do referido projeto, tendo colaborado ainda na produção de muitos outros materiais que versam sobre o patrimônio da EFPP e que constituem a base teórica desta pesquisa, como *Estrada de Ferro Perus Pirapora: um pedaço da história do Brasil sobre trilhos*, o mesmo também é responsável pela compilação de outros estudos, possíveis de serem encontrados em seu site. O Centro de Memória Queixadas também conflui neste sentido, possuindo um acervo consistente de materiais que dizem respeito à história do complexo ferroviário-industrial e à memória operária. O livro Câmara municipal de Cajamar: trajetória e lutas, redigido por Marília Schneider, juntamente com os trabalhos de Marcelo Antonio Chaves - *Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945* e de Débora Gubeissi - *Patrimônio Industrial e Operário Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus*, integram a base bibliográfica utilizada na compreensão da história do complexo ferroviário-industrial tombado enquanto patrimônio cultural e, por conseguinte, do Gato Preto e de seu respectivo contexto histórico e socioespacial.

3 A CONSTITUIÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO

3.1 Contexto histórico de surgimento e situação geográfica

O bairro Gato Preto, primeiro núcleo urbano da cidade de Cajamar, se constituiu entre o Século XIX e XX, momento histórico de transição do regime de colono para industrial. Diferentemente de outras cidades, Cajamar não passou pelas etapas política ou mercantil, a priori; foi reconhecida como distrito do município de Parnaíba¹ somente em 1938, sendo posteriormente desmembrada e elevada à categoria de cidade em 1959 (IBGE, 2015). Em suma, o processo histórico de conformação do bairro do Gato Preto é relativamente recente considerando o fato de que, até o início do Século XX, os únicos registros históricos referentes à ocupação humana na respectiva área diziam respeito aos estudos arqueológicos de grupos tupi-guarani que provavelmente ocuparam a região de Perus e Cajamar no período pré-colonial (IPEH, 2008, p. 37).

Monbeig (1953, p. 41) se refere à São Paulo de meados do Século XIX como a “Capital dos fazendeiros”, visto que a conformação socioespacial da cidade naquela época era marcada por um núcleo urbano central relativamente pequeno compreendido pelo atual triângulo histórico e por fazendas situadas nas áreas suburbanas, principalmente à oeste de São Paulo. Com a ascensão da economia cafeeira e a consequente acumulação de capital, a urbanização de São Paulo e o seu processo de modernização foram conduzidos vertiginosamente tendo como figura central a elite paulistana, constituída por grandes cafeicultores:

O movimento pioneiro tomou um impulso no momento em que a direção da vida econômica e social de São Paulo foi assumida por grandes fazendeiros [...] [eles] precisavam vigiar a comercialização de seu produto, mantendo frequentes contatos com intermediários e exportadores. Para organizar e administrar companhias ferroviárias, para constituir empresas de colonização e imigração, para associar-se aos bancos que iam surgindo, tratar de seus interesses de classe e envolver-se em questões políticas de crescente complexidade e cada vez mais decisivas, os grandes fazendeiros não poderiam mais atuar isoladamente nem permanecer em suas plantações. A formação de empresas capitalistas e as necessidades de sua gestão exigiam um convívio urbano e constituíram um fator de urbanização dos membros da classe dominante, tendo se tornado em seguida uma das causas do desenvolvimento da capital dos fazendeiros. (MONBEIG, 1953, p. 41-42)

Além das questões de cunho administrativo, o autor ainda destaca a considerável influência cultural exercida pela pequena colônia de imigrantes europeus que crescia em São Paulo por volta de 1870. De acordo com ele, não se tratava da massa de imigrantes que

¹ Na época em que era Distrito, Cajamar intitulava-se Água Fria. Parnaíba foi uma antiga vila colonial fundada em 1625, atualmente elevada à categoria de município, intitulado Santana de Parnaíba.

posteriormente viriam ocupar o contingente proletário pós-abolição, mas sim de membros tecnicamente instruídos, em sua maioria artífices, comerciantes e engenheiros.

É diante desta conjuntura que emerge na história local a figura dos irmãos Flávio e Florindo Beneduce, constituintes de uma família de imigrantes italianos que foi a precursora da ocupação urbana no bairro do Gato Preto. O crescimento vertiginoso da metrópole paulista e sua consequente demanda por matéria-prima para a construção civil, despertou o interesse da família de camponeses europeus em fazer negócio na área de Cal (IPEH, 2008, p. 56). Assim, os registros históricos indicam que na primeira década do Século XX, os Beneduce inauguravam o período denominado por Chaves (IPEH, p. 57) como o “ciclo da cal”, que duraria até pelo menos o final da década de 40, viabilizando e concorrendo com a produção cimenteira, que surgiria posteriormente. De acordo com o relato de Flávio Arnaldo² (FERREIRA; VENTURA; FRANÇA, 2008, p. 28), quando os Beneduce chegaram no Gato Preto, até então propriedade de Dr. Arthur Moraes Jambeiro Costa³, havia apenas um forno de alvenaria no local, os fornos metálicos foram construídos posteriormente por eles.



Figura 2 - Forno de alvenaria em primeiro plano existente no local antes da chegada dos Beneduce. Ao fundo, os fornos metálicos: acervo pessoal família Beneduce. (fonte: livro Cajamar - Cidade de Lutas e Conquistas)

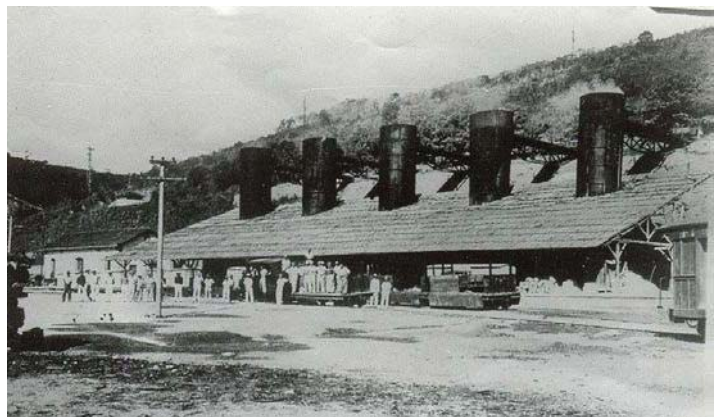


Figura 3 - Fornos metálicos construídos pela família Beneduce (fonte: blog oficial da EFPP⁴)

Assim, no início do Século XX, a família Beneduce era responsável pela extração de calcário na região atualmente compreendida por Cajamar, Caieiras e Pirapora do Bom Jesus (FERREIRA; VENTURA; FRANÇA, 2008, p. 28) e pela produção de cal nos fornos do Gato

² Neto de Florindo Beneduce.

³ Não foram encontrados documentos ou relatos históricos detalhando a origem e/ou característica da referida propriedade, assim como informações a respeito da utilização pretérita do único forno pré-existente no local.

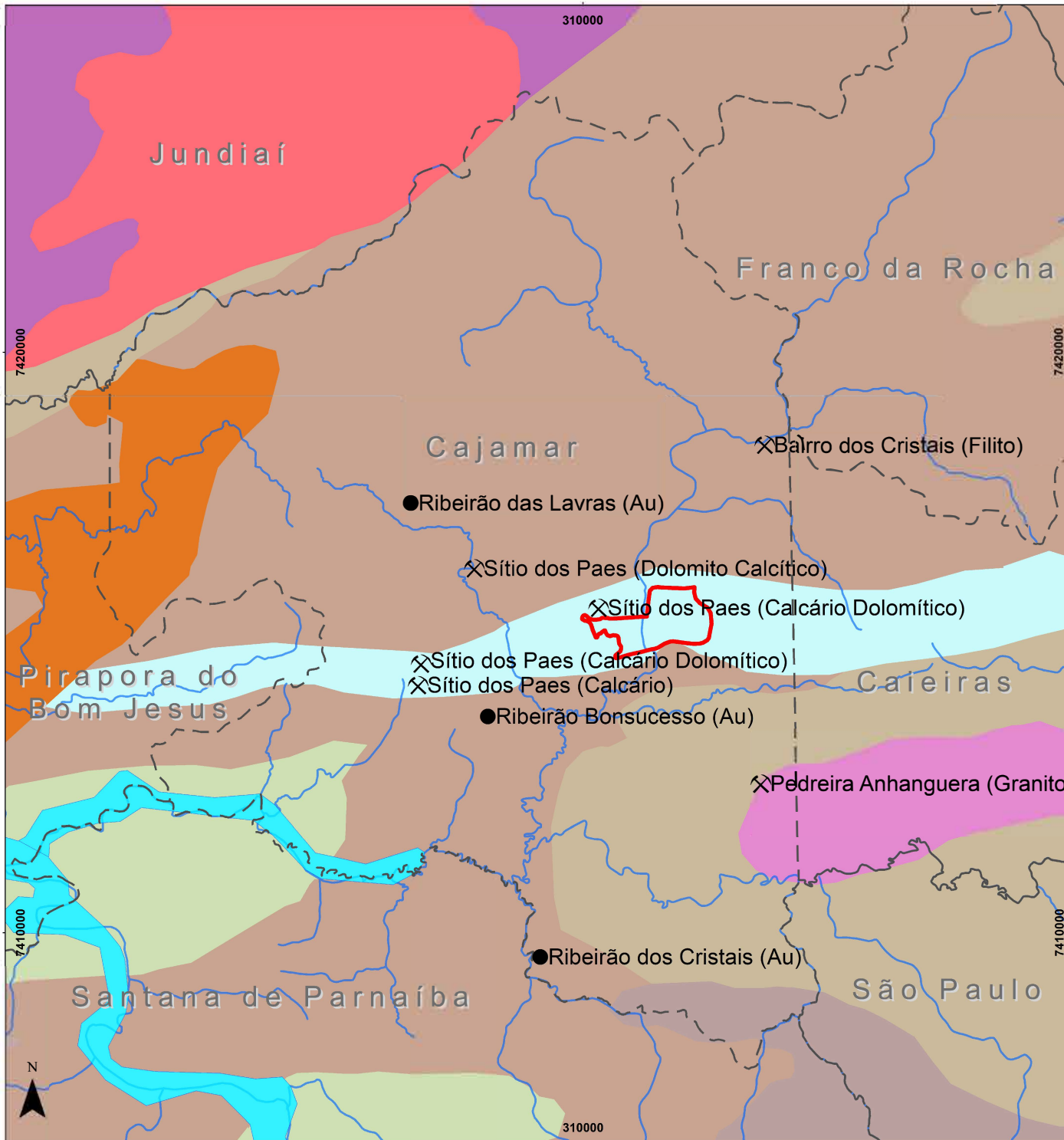
⁴ Disponível em: <efperuspirapora.blogspot.com/p/historia>.

Preto, tendo como matéria-prima o minério oriundo das pedreiras situadas na região. Nesse sentido, considerando que tanto em sua morfologia, como em suas funções, as cidades são o produto de condições geográficas locais e regionais (MONBEIG, 1953, p. 16), os fatores condicionantes do desenvolvimento urbano no Gato Preto estão vinculados à sua situação geográfica.

O Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de São Paulo⁵ indica o perímetro de Cajamar e Pirapora do Bom Jesus como a única região produtora de Calcário (EMPLASA, 1979, p. 31) em São Paulo, devido à concentração expressiva desse minério na referida área. O relatório destaca ainda o fato de que a disposição das pedreiras em exploração na época do respectivo estudo⁶, concentrava-se majoritariamente na porção norte da Região Metropolitana, justamente onde encontra-se Cajamar: eram 22 jazidas ativas em relação a 12 unidades na porção sul, praticamente o dobro.

⁵ Estudo produzido e divulgado em 1979 pelo DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral, em conjunto com a SNM - Secretaria dos Negócios Metropolitanos, visando fornecer um direcionamento das atividades do setor mineral na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

⁶ Meados do Século XX.



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

— Cursos d'água - - - Limite Municipal

■ Corpos d'água ■ Área de Estudo - Bairro Gato Preto (perímetro aproximado)

LEGENDA

Recursos Minerais

- ⚒ Mina - extração organizada de minerais e produção de minérios
- Ocorrência - concentrações minerais de pequeno porte

Unidades Litológicas

Super Grupo Açungui

- MP2si - Grupo Serra do Itaberaba: xisto, metapelito, rocha calcissilicática, metabasito, metandesito, metatufu, metamáfica

Formação Iporanga

- NP3pypo - Granitóides tectônica e quimicamente indiferenciados: ponunduva

Magmatismo relacionado ao orógeno socorro-guaxupé

- NP3sy1Stt - Granitos foliados e ortognaisses, calcialcalinos, tipo I: tico-tico
- NP3sy3Atn - Granitos peralcalinos, tipo A: terra nova

Grupo São Roque

- NP3srbt - Formação Boturuna: intercalações timicas de metagrauvaca arcoseana e metapelito, na base; ortoanfibolito, pillow lava e prováveis rochas piroclásticas, derrames amigdaloidais de caráter básico a ácido, metarenito, no topo.
- NP3srrer - Formação Estrada dos Romeiros: biotita-sericita filito, por vezes bandado ou com lentes de filito metarenito, metarcóseo, quartzito, calcissilicática, anfibolito, quartzito e metabásica, metarenito bandado e metagrauvaca.
- NP3srpc - Formação Pirapora do Bom Jesus: (Unidade Carbonática) - Filito com intercalação de calciofilito, mármore e quartzito, metamarga e metacalcário
- NP3srpv - Formação Pirapora do Bom Jesus (Unidade Vulcânica) - Ortoanfibolito tabular, estratiforme com pillow lava, metavulcânica com provável piroclástica associada

Grupo São Roque

- NP3vm - Unidade Paragnáissica Migmatítica Superior: (cordierita)-granada-(silimanita)-biotita-gnaisse bandado com leucossoma a biotita e granada, micaxisto restrito; nebulito gnaissico-granítico e ortognaisses intrusivos, metapsamito com gnaisse calciossilicático e metacarbonato esubordinados; intercalações de gnaisse básico a intermediário e metabásica.

FONTE

Área de Estudo: Delimitada a partir das curvas de nível e estradas vicinais contidas no Basemap World Topographic Map, 2021. 1:4.000
 Cursos d'água: Plano da Bacia Hidrográfica do AltoTietê (adaptado), 2018. 1:50.000
 Corpos d'água, Recursos Minerais e Litologia: CPRM, 2009. 1:750.000

PROJEÇÃO: Universal Transversa de Mercator (UTM)
 ZONA: 23-S
 MERIDIANO CENTRAL: -45°
 SISTEMA DE REFERÊNCIA: SIRGAS-2000
 ESCALA: 1:100.000

Figura 4 - Mapa de Recursos Minerais e Litologia do Município de Cajamar (fonte: elaboração própria, 2021)

A partir dos dados secundários de litologia do Estado de São Paulo, levantados pela CPRM (2019), é possível inferir a correlação entre a característica geológica regional e as atividades econômicas responsáveis pela constituição do núcleo urbano do Gato Preto e, por conseguinte, de Cajamar, uma vez que a sua dinâmica de ocupação se desenvolveu em função da extração mineral e da produção de cal fundamentada em seu substrato geológico tipicamente carbonático. Como evidenciado na figura 04, a geologia do bairro Gato Preto, área de estudo da presente pesquisa, é constituída integralmente pela Unidade Carbonática da Formação Pirapora do Bom Jesus. A título de esclarecimento,

Rochas calcárias são rochas carbonáticas, em que predominam os carbonatos de cálcio (CaCO_3) e magnésio (MgCO_3), que as compõem em diferentes proporções, formando então os calcários calcíferos (mais ricos em carbonato de cálcio) e os calcários dolomíticos (mais ricos em carbonato de magnésio). (SANTOS, 2008)

Assim, verifica-se que, em decorrência de sua característica geológica, os recursos minerais disponíveis em Cajamar são preponderantemente calcários dolomíticos e calcíferos/calcíticos. Ademais, nota-se ainda que a referida unidade litoestratigráfica extrapola os limites do bairro Gato Preto, intersectando o município em sua porção central e projetando-se longitudinalmente (seção O-E) de Pirapora do Bom Jesus a Caieiras, regiões também ligadas à extração mineral.

3. 2 Características morfológicas e sociais do bairro

3.2.1 A tríade minério-ferrovia-indústria no início do Século XX

Após iniciar as atividades de extração e produção de minério, de acordo com registros históricos contidos no Processo 21273/80 (CONDEPHAAT, 1980), os Beneduce, em conjunto com o empresário Sr. Clemente Neidhart, o engenheiro Mário W. Tibiriça e o advogado Sylvio de Campos, fundam a Companhia Industrial e de Estradas de Ferro Perus-Pirapora, com o intuito de implementarem o projeto de construção de uma ferrovia a fim de escoar para São Paulo e outras localidades do país a cal produzida no Gato Preto. Assim, em 1910, por meio do decreto nº 1866, eles conseguem a concessão para a construção da ferrovia, que a princípio teria como projeto instituir o ponto final na cidade de Pirapora do Bom Jesus, entretanto, isso nunca foi efetivado. A estrada de ferro construída tinha como início a Estação Perus, situada na antiga linha férrea S.P.R. - São Paulo Railway (atual Linha 7 - Rubi da CPTM) e o ponto final localizava-se no Gato Preto, em Cajamar, antigo Distrito de Água Fria.

Dessa forma, até os anos 20/30, a ocupação urbana no Gato Preto girou em torno exclusivamente das atividades econômicas da cal, por meio do trabalho empregado nas minas de extração e nas caieiras.



Figura 5 - Cotidiano do Gato Preto na primeira metade do Século XX: na foto à esquerda, observa-se em primeiro plano mulheres lavando roupas no Ribeirão dos Cristais e ao fundo, o Britador utilizado no processo de tratamento da matéria-prima calcária e uma locomotiva estacionada. Na primeira foto à direita, em primeiro plano, tem-se uma locomotiva chegando no Gato Preto sobre os trilhos da EFPP e, em segundo plano, uma vagonete local carregada de matéria-prima no viaduto de ferro construído sobre o Ribeirão dos Cristais, para extrair matéria-prima das pedreiras situadas no Gato Preto. Na segunda foto à direita, tem-se a vista panorâmica do local na década de 1920 (fontes: blog oficial da EFPP⁷, site São Paulo Antiga⁸ e livro Cajamar - Cidade de Lutas e Conquistas, respectivamente)

O bairro do Gato Preto efetivou-se como vila operária após a construção da primeira fábrica de cimento do Brasil, implementada nas proximidades da estação Perus (conexão entre a EFPP e a SPR), constituindo assim, a partir de 1925, um complexo minerário-industrial-ferroviário integrado. Um ano antes, a empresa criada pela família Beneduce em sociedade com Clemente Neidhart, Tibiriçá e Sylvio de Campos suprimiu de sua nomenclatura a denominação “Cia Industrial”, passando a intitular-se somente “EFPP - Estrada de Ferro Perus-Pirapora” (CONDEPHAAT, 1980, p. 07). A implantação da Fábrica foi efetivada a partir de uma aliança econômica entre os proprietários da EFPP e a empresa canadense Drysdale & Pease, fundando assim, a BPCCo - *The Brazilian Portland Cement Company*, de capital misto, cuja finalidade era a produção de cimento para comercialização. É nesse contexto em que a produção de cal no Gato Preto passa a servir de insumo para a fabricação de cimento na *Portland Company*, sendo que ainda em 1939, os Beneduce, fundadores e

⁷ Disponível em: <efperuspirapora.blogspot.com/p/historia>.

⁸ Disponível em: <http://saopauloantiga.com.br/gato-preto/>.

principais acionistas da exploração de cal em Gato Preto, se retiram da sociedade e vendem as caieiras e todas as suas instalações à BPCCo.

3.2.2 A dinâmica socioespacial na segunda metade do Século XX

Na década de 50 a fábrica passou a ser de capital nacional, intitulando-se “Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus” (CBCPP), uma vez que José João Abdalla (J.J. Abdalla), até então secretário do Trabalho do governo Ademar de Barros (CAJAMAR, s/a), se tornou proprietário do empreendimento e administrador de todo o complexo minerário e ferroviário associado a ele, incluindo as áreas correspondentes ao Gato Preto. É nesse contexto em que a ocupação do bairro vai se expandindo para além de seu núcleo inicial com novos elementos sendo incorporados na paisagem, como, por exemplo, a construção da Rodovia Anhanguera na década de 40, passando a intersectar o bairro ao meio⁹, a criação da primeira escola no bairro, promulgada a partir da Lei nº056/1961 e a implementação da Companhia Paulista de Papel e Celulose (COPASE), também de propriedade do Grupo J. J. Abdalla, fundada em 1966.

Assim, o quadro morfológico do Gato Preto na segunda metade do Século XX era o seguinte, de acordo com o relato do Sr. Eronides, também conhecido como Nidão, morador do bairro entre as décadas de 60 e 70:

A lembrança que eu tenho de lá é da máquina [trem] que passava do outro lado, eu era criança, mas eu ficava sentado ali na escada de casa e a máquina passava cheia de vagão com madeira, eucalipto, ela ia até o fundo lá da casa de pedra, aí voltava pela linha do trem e ia lá pra COPASE, ali tinha uma linha que ia lá pra Copase pra descarregar madeira. [...] o pessoal que morava na vila a maioria trabalhava ali, os filhos dos funcionários [da Cia de Cimento] alguns até já trabalhavam por aqui em Jordanésia. Lá tinha as casas, mas você não via prédio, apartamento, era só a maquininha [do trem], o carro que andava lá era dos grandes, tinha uns caras que eram chefes do corte de lenha, eles tinham carro, mas de resto era tudo gente humilde. As casas que tinham eram só da vila operária e o resto era tudo Eucalipto. [...] As casas eram geminadas e eram várias casas assim em fileira, tudo junto uma da outra (Eronides, 57 anos – entrevistado por Mayara Bispo em jan/2022)

A Sra. Efigênia, antiga moradora do Gato Preto, também relata as lembranças acerca da configuração espacial do bairro naquela época:

⁹ Para a sua construção, o viaduto de ferro sobre o Ribeirão dos Cristais, que outrora fazia o traslado da matéria-prima das Pedreiras situadas na outra margem, foi demolido. Além disso, a construção da Via Anhanguera também deu origem à Vila do DER, que foi incorporada ao Gato Preto, cujos moradores trabalhavam para o Estado, tanto na construção da via, como motoristas/condutores dos veículos.

Quando eu mudei pra cá foi com uns 6/7 anos [...] funcionava a escola, tinha o trezinho, a Anhanguera, só que não tinha essa separação de hoje em dia [dupla via de direção]. A gente morou muitos anos ali na beira da pista, muitos anos assim, na beira da pista primeiro, depois aí fez essas casas aqui [Vila DER], porque aqui era tudo arvore, taboa, rio, aqui foi aterrado, morava muita gente que trabalhava aqui, aqui era mato, era cheio de árvore [...] Tinha um correr de casas ali na entradinha, ali tinha várias casas de tijolo, mas tudo pegava uma na outra, as casas eram muito na beirada da pista [...] Aí tinha ali pra cima antigamente a Copase, não tinha essas firmas aí, era uma tal de Copase, uma firma nova (Efigênia, 75 anos – entrevistada por Mayara Bispo em jan/2022)

No que diz respeito à dinâmica social, embora o bairro do Gato Preto tenha se consolidado no contexto de industrialização de São Paulo - momento considerado por alguns autores¹⁰ como crítico e de ruptura dos laços sociais, afetivos e simbólicos instituídos na cidade pré-industrial, a partir do relato de moradores que viveram no local ao longo da segunda metade do Século XX, é possível inferir que ainda havia resquícios de um modo de se relacionar típico da vida de bairro, fundado no nexo de vizinhança e compadrio (SEABRA, 2000, p. 12), expressado na ajuda mútua entre os moradores, no futebol de várzea e nos espaços coletivos, como a Igreja Católica e a Sede do Bairro. Os relatos a seguir sintetizam o referido modo de vida:

Uma coisa que eu guardo muito de lá é a questão da interação entre os vizinhos, sabe?! lá os vizinhos costumavam participar muito um da vida do outro, principalmente na questão assim de ajudar. [...] Como minha família era grande às vezes tinha dificuldade, faltava as coisas em casa e ela [a vizinha] sempre ia na cerca lá conversar com a minha mãe e quando ela via que não tava cheirando comida ela perguntava: “tá faltando comida? Tem coisa pra vocês comerem?” minha mãe ficava assim, ela já ia lá e trazia as coisas, trazia feijão. [...] Era um povo muito acolhedor (Eronides, 57 anos – entrevistado por Mayara Bispo em jan/2022)

Você conhecia todo mundo, você conhece ainda, tem bastante gente antigo aqui ainda, mas hoje em dia você não tem mais aquela liberdade, de ter um muro baixo, de ter um portão aberto, você não tem mais contato com o vizinho, né?! [...] hoje em dia você tem medo de sair na rua, olha quem tá vindo, não pode deixar a criança brincando. [...] Tudo isso tá crescendo rápido demais pra gente que é um pouco mais antigo (Roberto, 49 anos – entrevistado por Mayara Bispo em jan/2022)

Em suma, o croqui apresentado a seguir (figura 6) busca situar o leitor na dinâmica socioespacial do Gato Preto durante a segunda metade do Século XX, ao mesmo tempo em que visa resgatar, por meio da memória, o olhar sobre o bairro de quem o vivenciou e ainda o vivencia. Mobilizando, para tanto, a categoria geográfica de lugar: espaço detentor de características produzidas por uma comunidade imbuída de uma identidade, constituída a partir de suas histórias, contradições e sentimentos (PEREIRA, 2012, p. 27).

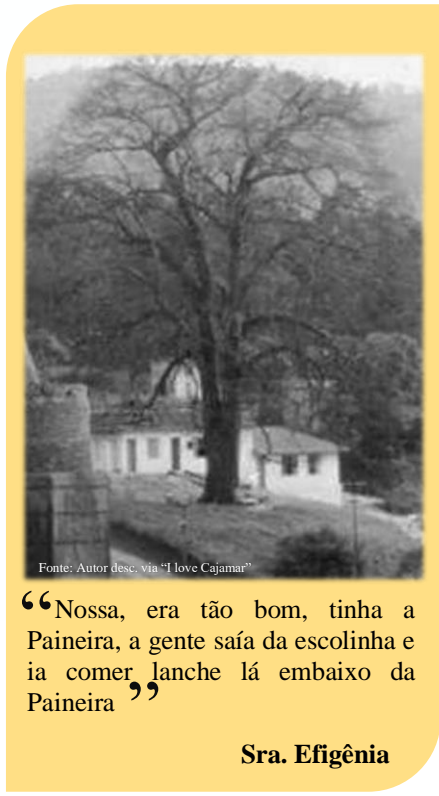
¹⁰ Henry Lefebvre e suas formulações teóricas acerca dos diferentes momentos da cidade.

LUGARES DA MEMÓRIA



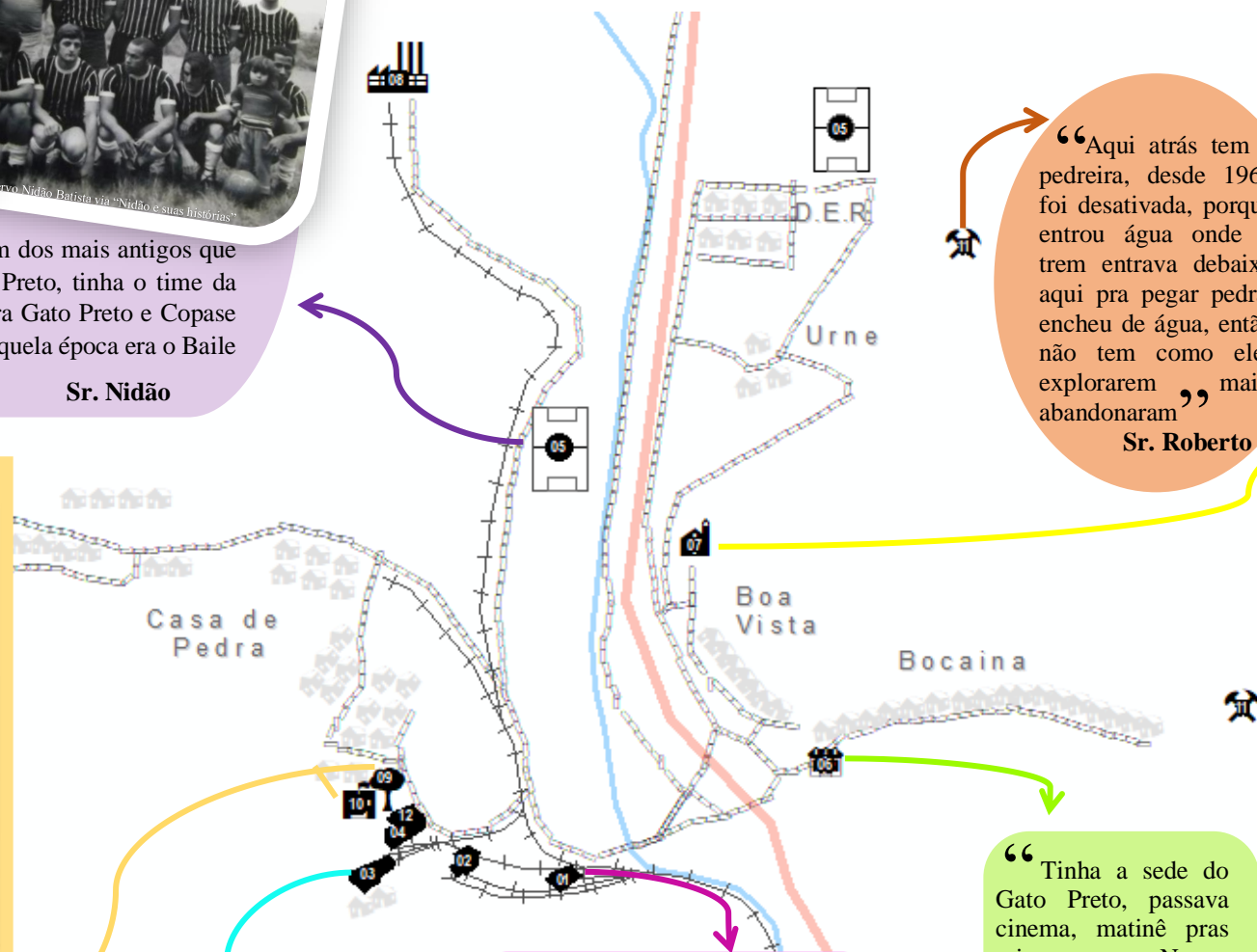
“ O Clube do Gato Preto é um dos mais antigos que tem aqui e não tinha só o Gato Preto, tinha o time da Copase. A rivalidade da época era Gato Preto e Copase [...] O divertimento do pessoal naquela época era o Baile e o Futebol. ”

Sr. Nidão



“ Nossa, era tão bom, tinha a Paineira, a gente saía da escolinha e ia comer lanche lá embaixo da Paineira ”

Sra. Efigênia

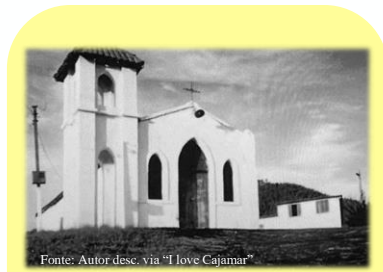


“ Aqui atrás tem a pedreira, desde 1960 foi desativada, porque entrou água onde o trem entrava debaixo aqui pra pegar pedra, encheu de água, então não tem como eles explorarem ” mais, abandonaram ”

Sr. Roberto

“ O Gato Preto era um lugar formado por várias vilas: Casa de Pedra, Bocaina, Boa Vista, Urne e DER ”

Sr. Nidão

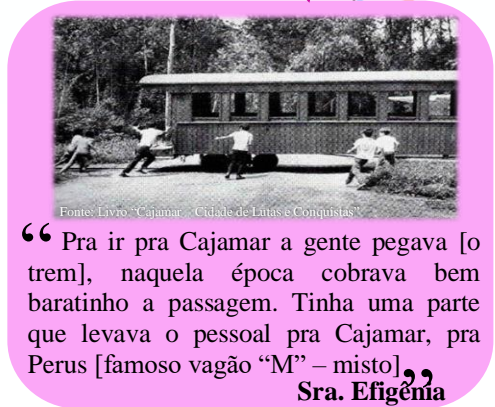


“ Eles [os filhos] fizeram primeira comunhão aí e funciona ainda, de ano em ano pintam, reformam. Ainda tem missa ”

Sra. Efigênia

“ Tinha a sede do Gato Preto, passava cinema, matinê pras crianças. Nossa, quantas vezes não fui assistir lá?! Tinha carnaval, as crianças iam tudo lá [...] Tinha tanto divertimento ali ”

Sra. Efigênia



“ Pra ir pra Cajamar a gente pegava [o trem], naquela época cobrava bem baratinho a passagem. Tinha uma parte que levava o pessoal pra Cajamar, pra Perus [famoso vagão “M” – misto],. ”

Sra. Efigênia

“ O pessoal da oficina trabalhava a todo vapor, as máquinas estavam sempre lá, eles estavam sempre mexendo. ”

Sr. Nidão

- 01 Estação
 - 02 Caieiras, depósito e britador
 - 03 Oficinas de manutenção
 - 04 Escritório (Terminal Gato Preto)
 - 05 Campo de futebol de várzea
 - 06 Clube Social (Sede do Gato Preto)
 - 07 Igreja Católica Sagrado Coração de Jesus
 - 08 Cia Paulista de Celulose - COPASE
 - 09 Paineira centenária
 - 10 E. E. 1º Grau Gato Preto
 - 11 Pedreiras de Calcário desativadas
 - 12 Padaria e Armazém Pão da Manhã
- Estradas vicinais
 HHH Ferrovia
 --- Rodovia Anhangüera
 --- Ribeirão dos Cristais

Figura 6 – Croqui Lugares da Memória: a dinâmica socioespacial do Gato Preto na segunda metade do Século XX (fonte: elaboração própria, 2022)

4 O GATO PRETO ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL

4.1 Capitalismo industrial e memória operária

A gestão da CBCPP - Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus e de todo o complexo minerário e ferroviário iniciada em 1951 pelo grupo Abdalla logo acumulou críticas na primeira década de administração. As queixas relatadas se referiam ao desleixo e imprudência do patrão para com os maquinários, ocasionando manutenções constantes nos equipamentos e eventuais interrupções no processo de produção do cimento, bem como sua má conduta com os operários e o atraso de salários, razões pelas quais passou a ser conhecido como “O mau patrão” (ANDRÉ, 2013, p. 58).

Em escala nacional, os direitos da classe operária haviam sido concretizados recentemente com o governo de Getúlio Vargas, através da criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, promovendo a oficialização dos sindicatos. Mesmo após a derrubada do Estado Novo, em 1945, a nova constituição de 1946, instituída no contexto de redemocratização, consagrou novos direitos da classe operária, dentre eles o direito de greve (SINGER, 1932, p.73). É diante deste panorama político-econômico do capitalismo industrial brasileiro que os trabalhadores da CBCPP se organizaram por meio do sindicato, a fim de reivindicar uma série de direitos trabalhistas, culminando na conhecida greve dos sete anos (1962 a 1969).

Somadas aos motivos que deflagram a referida greve, pendências financeiras relacionadas à sonegação de impostos do grupo Abdalla culminaram no confisco das propriedades de J. J. Abdalla pela União em 1973¹¹, a fim de sanar suas dívidas. Assim, o grupo decretou falência e após 8 anos de confisco, em 1981, o governo promoveu um leilão colocando as propriedades à venda, no qual o grupo Abdalla, responsável pela gestão do complexo industrial-ferroviário-minerário por 30 anos, se associou a parentes do grupo Chofi (Poupança HASPA) para apresentarem uma proposta de compra: aceitavam o preço estipulado pelo Governo, desde que o pagamento fosse realizado a prazo. A União, por sua vez, não pôde recusar a venda, pois não houveram outras propostas. Entretanto, de acordo com o relato dos trabalhadores da CBCPP, em 1984, as prestações estavam atrasadas e a dívida já era de 4 bilhões de cruzeiros. (PROCESSO nº 1273/80, p. 500). Dessa forma, apesar de todos os problemas financeiros e de gestão, o grupo Abdalla tornou-se proprietário novamente de todo

¹¹ Decreto Federal nº 79.155 de 24/01/1977.

o complexo industrial-ferroviário-minerário situado em Perus e Cajamar, recuperando a posse de suas propriedades.

Em concomitância com o leilão dos bens confiscados pela União, diante da preocupação de que o futuro proprietário¹² pudesse destruir o acervo correspondente à EFPP, a ABPF - Associação Brasileira de Preservação Ferroviária protocolou no CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, o pedido de tombamento do referido acervo, justificando a sua solicitação tendo em vista o valor histórico da ferrovia e sua iminente extinção decorrente do leilão que estava em curso. A partir do exposto, o pedido foi acatado pelo órgão, deliberando a abertura do processo nº 21273/80 relativo ao tombamento da EFPP - Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Cabe destacar ainda que o desenvolvimento do referido processo de tombamento, iniciado na década de 80 e perdurado por duas décadas seguintes, se deu em um contexto em que o campo da cultura e do patrimônio estava em transformação. A Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 216, modificou o termo “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro” e essa redefinição etimológica ampliou o próprio entendimento de cultura e patrimônio. Ao passo que o conceito de patrimônio decretado em 1937 o compreendia enquanto um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Art. 1º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), a nova Constituição passou a conceitua-lo enquanto bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Com essa redefinição promovida pela Constituição, o conceito de cultura incorporou em seu sentido a produção e os valores de diferentes grupos sociais, incluindo os não-hegemônicos, abarcando, portanto, a memória operária. Em suma, torna-se necessário ressaltar que apesar de o processo de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora inicialmente ter se instituído no âmbito do conceito de patrimônio decretado pela constituição de 1937, isto é, o de Patrimônio Histórico e Artístico, devido à relevância do modal ferroviário para a história local, regional e nacional; posteriormente, com as transformações etimológicas do conceito de patrimônio e a conseqüente relevância que a questão da memória

¹² Até então o leilão não tinha se efetivado e o novo proprietário não havia sido divulgado.

operária passou a ter, as discussões relacionadas ao patrimônio não se limitaram somente à estrada de ferro em questão, visto que a mesma sempre esteve indissociavelmente ligada a um complexo industrial-minerário específico. Assim, na tentativa de resgatar e valorizar a memória operária, paralelamente ao processo de tombamento nº 1273/80 no CONDEPHAAT, também se instituiu no CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo um processo referente ao tombamento das instalações da CBCPP - Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus, o qual foi deliberado em 1992 a partir da resolução nº 27/92, considerando o valor histórico, social e urbanístico da referida indústria, bem como a importância da memória enquanto alicerce da construção da história e a relevância da memória dos trabalhadores da CBCPP enquanto símbolo de determinada forma de organização, luta e resistência (Resolução CONPRESP nº 27/92).

O Gato Preto, por sua vez, esteve inserido na discussão relativa à patrimonialização cultural por meio do CONDEPHAAT, não somente por estar fora da jurisdição municipal de São Paulo e, por conseguinte, do próprio CONPRESP, mas também e sobretudo por sua dinâmica socioespacial ter sido regulada pelo funcionamento da estrada de ferro e das pedreiras situadas naquela localidade, como foi explicitado no capítulo anterior. Entretanto, cabe esclarecer que esta consideração não exige o fato de que o complexo ferroviário-minerário-industrial é indissociável, visto que os moradores/trabalhadores locais estavam inseridos em etapas específicas relativas à produção industrial do cimento. Portanto, a patrimonialização cultural no bairro, além de estar associada à relevância do modal ferroviário, também nos remete à memória operária e ao capitalismo industrial como um todo. Assim, detalharemos a seguir o referido processo de tombamento tendo como foco o bairro Gato Preto, objeto de estudo desta pesquisa.

4.2 O processo de tombamento e sua regulamentação

A abertura do processo de tombamento nº 1273/80 no CONDEPHAAT foi realizada em 1980, após a solicitação feita pela ABPF. Na ocasião do pedido, foram apresentadas duas propostas de preservação: a primeira, relacionada ao tombamento parcial dos bens e a segunda, relativa à preservação integral do acervo. Dessa forma, decorridos sete anos de análise, o CONDEPHAAT acatou a orientação de tombamento integral do acervo, também recomendada pelo conselheiro relator do processo, Mário Savelli, publicando a resolução nº 05 em janeiro de 1987, a qual instituiu que

Fica tombado como bem cultural de interesse histórico o acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, incluindo material rodante e instalações (linhas férreas, oficinas e equipamentos de apoio, bem como outras instalações), último remanescente em funcionamento em nosso país de um conjunto completo de ferrovia de bitola estreita, testemunho dinâmico dos dias de hoje da história do desenvolvimento industrial e suas consequências em nosso Estado. (PROCESSO nº 1273/80, p. 494)

A partir do decreto estabelecido, a discussão entorno da preservação do acervo da EFPP esteve centrada em sua revitalização. Para a ABPF, solicitante do tombamento, a conservação do acervo deveria priorizar a reativação da ferrovia para fins turísticos e culturais (PROCESSO nº 1273/80, p.516). Por outro lado, o proprietário dos bens, o grupo Abdalla, a priori, se contrapôs ao tombamento, contestando a decisão jurídica favorável a ele, porém diante do indeferimento de sua contestação, apresentou sua própria proposta de revitalização do acervo. Assim, ao longo do processo de tombamento, estiveram em pauta duas propostas de revitalização: uma da ABPF, de cunho turístico-cultural e outra do proprietário do acervo, o grupo Abdalla, pautado em interesses econômicos.

Entretanto, em decorrência das lacunas existentes na primeira resolução (nº 05 de jan./1987), relacionadas à especificação dos bens tombados e delimitação de sua área envoltória, as discussões acerca da revitalização do acervo não puderam avançar para além das propostas apresentadas. Portanto, na tentativa de regulamentar o tombamento e instituir um novo decreto com maior detalhamento, a equipe de áreas naturais do CONDEPHAAT ficou incumbida de elaborar estudos técnicos relativos à área envoltória da EFPP, contando ainda com o auxílio da ABPF no tocante à identificação e quantificação dos materiais pertencentes ao acervo tombado. Os estudos realizados tiveram como pressuposto o fato de que a EFPP existiu como parte de um sistema fabril que processava matéria-prima localizada na região e era por ela transportada e, ainda, que seu material rodante sofria processo de manutenção também na mesma região (PROCESSO nº 1273/80, p.684), ou seja, de que a EFPP estava ligada a um complexo industrial-minerário-ferroviário específico. Dessa forma, ao longo de quase uma década de estudos, a equipe técnica responsável realizou diversas vistorias e produziu diferentes relatórios fotográficos em Perus e Cajamar, incluindo o Gato Preto, áreas nas quais localizavam-se objetos e instalações de uma ou mais etapas deste grande complexo, a finalidade de tais visitas foi identificar o objeto de tombamento, delimitar sua área envoltória e constatar o estado de conservação do acervo situado nos respectivos locais. Dessa forma, os estudos realizados resultaram na elaboração de uma proposta de regulamentação para a preservação da EFPP, apresentada ao CONDEPHAAT e aprovada na

íntegra pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em 1995; cumprindo, portanto, o seu objetivo de complementar o primeiro decreto de tombamento estabelecido em 1987.

Tabela 2 - Cronologia dos principais acontecimentos do processo de tombamento nº1273/80 (fonte: elaboração própria, 2021)

1980	1987	1989	1995	2000
Abertura do processo de tombamento nº 1273/80 no CONDEPHAAT, relativo ao acervo da EFPP, a pedido da ABPF	Publicação do Decreto de tombamento da EFPP enquanto patrimônio cultural, instituído a partir da resolução nº 05 de jan. 1987	Início dos estudos técnicos relativos ao detalhamento do objeto de tombamento e área envoltória da EFPP, desenvolvido pela equipe de áreas naturais do CONDEPHAAT	Apresentação da proposta de regulamentação para a preservação da EFPP e aprovação ratificada pelo novo decreto de tombamento, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	Alteração na Regulamentação do patrimônio cultural da EFPP, redelimitando sua área envoltória e excluindo a porção territorial do bairro Gato Preto ¹³

Quanto ao teor da proposta de regulamentação e as diretrizes gerais estabelecida a todo o acervo, instituiu-se cinco zonas de uso e ocupação específicas para a paisagem envoltória da EFPP, considerando as legislações de zoneamento dos municípios envolvidos e a preservação dos bens tombados, tais zonas foram sintetizadas em distintos mapas temáticos desenvolvidos pela EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. Ademais, o documento técnico também propôs enquadrar todo o acervo relativo à EFPP de acordo com o grau de preservação P2, isto é, o qual permite a reorganização do espaço interno, desde que se preservem inalteradas as fachadas e volumetria (PROCESSO nº 1273/80, p.698). No que diz respeito à regulamentação do objeto de tombamento situado especificamente no Gato Preto (Zona 04), a partir das vistorias técnicas realizadas no bairro constatou-se que

o pátio de manutenção do Gato Preto guarda íntimas relações com a ferrovia e localiza-se numa área ampla descortinada a partir da Rodovia Anhanguera. Conserva remanescentes de habitações operárias, uma casa grande de funcionário mais graduado, uma estação, as oficinas e uma chamada caieira remanescente de alguma atividade de processamento de calcário existente no local. (PROCESSO nº 1273/80, p.685)

Dessa forma, com o intuito de preservar as construções ilustrativas do sistema de funcionamento do complexo extrativo, produtivo e de transporte (p.685), foi proposta a regulamentação de tombamento das seguintes instalações, sob prioridade de conservação P2: as oficinas, a estação, a caieira e o depósito e a casa grande. Já em relação à delimitação da

¹³ Fato abordado pormenorizadamente no capítulo 5.

área envoltória correspondente ao acervo da EFPP no Gato Preto, de acordo com o relato técnico,

a área envoltória foi reduzida aos trechos à oeste da Rodovia Anhanguera, em função desta estrada ter constituído um elemento que seccionou a paisagem, desvinculando o conjunto onde se encontram as oficinas e a estação, da área que era ocupada por residências operárias. Preservou-se ainda uma exemplar espécie arbórea (paineira, foto 50) existente no topo da colina adjacente à área. (PROCESSO nº 1273/80, p.692)

Assim, como é possível notar no mapa apresentado na figura 7, a partir das diretrizes específicas de uso e ocupação do solo no Gato Preto (Zona 04), ficou tombado enquanto patrimônio da EFPP todas as edificações anteriormente mencionadas e, uma vez enquadradas no grau de preservação P2, foi permitido no local a construção de novas edificações de até 2 pavimentos e altura máxima de 8 metros; também passou a ser considerada como “*área non aedificandi*” o trecho de várzea do Ribeirão dos Cristais, situado entre o acesso para a Rodovia Anhanguera, a linha férrea e o limite de 300 metros a partir da mesma. Ademais, pautando-se na legislação do código florestal, a espécie nativa paineira presente no bairro foi decretada como imune ao corte, em função de seu porte e imponência que a tornam um destaque à paisagem da região (PROCESSO nº 1273/80, p.695).

Ironicamente, na contramão das diretrizes estabelecidas pela proposta de regulamentação do tombamento da EFPP, a situação atual da área de estudo é totalmente inversa à referida tentativa de preservação da paisagem local. Como é possível constatar, o território correspondente ao bairro Gato Preto não foi integralmente incluído na área envoltória do acervo tombado da EFPP; entretanto, a única área que atualmente ainda não foi demolida é justamente a porção não tombada enquanto patrimônio cultural pelo CONDEPHAAT, isto é, a parcela à leste da Rodovia Anhanguera, na qual situam-se as residências operárias remanescentes e a capela (vilas Bocaina e Boa Vista); já na porção à oeste da via (vila Casa de Pedra), na qual localizavam-se as edificações tombadas do acervo, bem como o limite da área envoltória, a demolição foi total, incluindo a paineira, até então imune ao corte, cuja preservação estava respaldada pelo código florestal. Ademais, é justamente sobre a área “*non aedificandi*”, trecho de várzea do Ribeirão dos Cristais, que atualmente está sendo construído um condomínio logístico, mais um produto da atual dinâmica econômica capitalista que regula a produção do espaço em Cajamar, literalmente sobreposto à área do bairro tombada como patrimônio cultural pelo CONDEPHAAT.

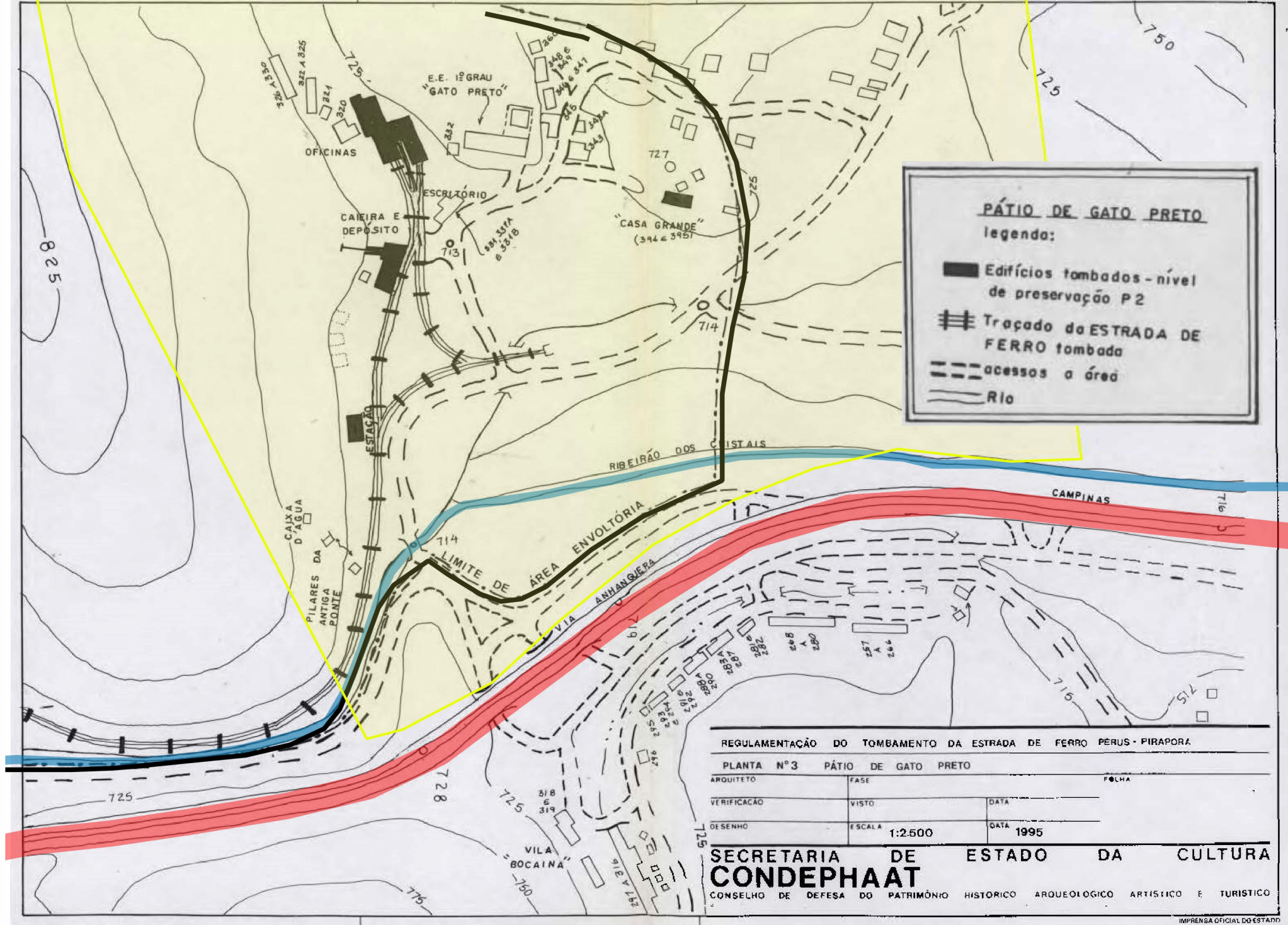


Figura 7 - Planta de Regulamentação do Tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora no Gato Preto, com destaque para a área atualmente demolida na qual está sendo edificado um empreendimento logístico (polígono amarelo). (fonte: CONDEPHAAT, adaptado por Mayara Bispo, 1995)

Portanto, a partir dos fatos aqui expostos, cabe compreendermos os processos multiescalares que culminaram nas metamorfoses espaciais do Gato Preto e em sua conseqüente dissolução, bem como analisarmos o contexto e os agentes envolvidos nos ajustes jurídicos feitos na legislação que até então resguardava o respectivo patrimônio e que, mediante a sua flexibilização, propiciaram tais transformações.

5 OS AJUSTES NO PATRIMÔNIO E A DISSOLUÇÃO DO BAIRRO

5.1 Capitalismo financeiro e informacional: a inserção de Cajamar na nova dinâmica mundial a partir do setor logístico

Para compreendermos os processos multiescalares que culminaram nas metamorfoses espaciais do Gato Preto propiciadas pela destruição do patrimônio cultural e a consequente dissolução do bairro, cabe resgatarmos aqui o conceito central da ciência geográfica apresentado anteriormente no referencial teórico: o espaço geográfico. Conforme elucidado por diferentes autores ¹⁴, o espaço geográfico é aquele socialmente produzido/construído e modificado permanentemente pelo trabalho humano, sendo, portanto, um fato social. Assim, o espaço insere-se em um campo de disputa entre vários segmentos sociais que reivindicam a sua apropriação. Considerando ainda que o capitalismo tem sido o modelo socioeconômico hegemônico há cinco séculos e este, por sua vez, se realiza por meio de inerentes contradições internas e crises cíclicas que demandam reestruturações a fim de reequilibrar o seu processo de acumulação, as mudanças em sua dinâmica também reverberarão na produção do espaço.

Dentre as contradições inerentes ao sistema capitalista mencionadas por David Harvey (2013) está a relação entre desvalorização e superacumulação. Como afirma o autor, devido a sua finalidade de acumulação, a produção do capital excedente em relação às oportunidades de se empregá-lo constitui uma superacumulação expressa na história capitalista por períodos e fases cíclicas de crise materializadas em saturações no mercado, elevações maciças nos estoques, capacidade produtiva e capital monetário ociosos, desemprego e taxas decrescentes de lucro monetário; essa relação dialética entre a constante valorização-desvalorização inerente à reprodução capitalista é responsável pelo crescimento do capital se dar contraditoriamente em função da redução constante da sua capacidade de acumulação, ocasionando, portanto, suas crises de superacumulação.

Partindo dessas considerações acerca do espaço geográfico e do modelo socioeconômico hegemônico, as metamorfoses espaciais do Gato Preto podem ser compreendidas como um resultado da reestruturação global do sistema capitalista mediante a mais uma de suas crises estruturais, responsável pela transição da hegemonia do capital industrial para o financeiro (CARLOS, 2004, p.30) e informacional (CASTELLS, 2005), iniciada nos anos 1970/80 e intensificada nas últimas décadas. Portanto, há três fatores

¹⁴ LEFEBVRE (1974), SANTOS (1978), SINGER (1938), CARLOS (1992; 2021), et. al.

essenciais a serem considerados nesta análise: o primeiro, de cunho econômico, o segundo, de cunho técnico-científico, e o terceiro, político, todos indissociáveis e com implicações no espaço geográfico, sendo que este último será tratado com maior ênfase nos tópicos seguintes.

No final do Século XX, a partir da década de 70, instaura-se uma crise econômica de superacumulação do modelo fordista de produção capitalista nos países centrais, demandando novas estratégias para supera-la. É neste momento, sobretudo na década de 90, em que o capital se reestrutura a partir de uma série de reformas: desregulamentação, privatização e desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho (CASTELLS, 2005, p.55), se desvinculando da base material industrial e passando a se reproduzir por meio da circulação monetária em mercados financeiros integrados, alternativa encontrada para dar vazão ao capital ocioso e colocá-lo em circulação para valorizar e gerar lucro. Chesnais (2005) define o capital financeiro como aquele

Portador de juros que, nas mãos de bancos e, principalmente, de instituições financeiras não bancárias, como os investidores institucionais, busca a valorização por meios alheios à produção e à comercialização, através da circulação na esfera financeira. (CUNHA, 2013, p. 124-125)

Destaca-se ainda o fato de que a reestruturação do sistema capitalista por meio da financeirização do capital só foi possível mediante à conjuntura daquele respectivo momento histórico, denominada por Santos (2007, p.117) como período técnico-científico-cultural, a partir do qual, segundo ele, se estabelece uma interdependência entre a ciência e a técnica em todos os aspectos da vida. Como afirma Castells (2005), no final do Século XX, vivemos uma transformação em nossa cultura material devido a mecanismos de um novo paradigma tecnológico organizado em torno da tecnologia da informação, entendida pelo autor, como um conjunto de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiodifusão, e optoeletrônica, que propiciaram o surgimento de grandes avanços tecnológicos responsáveis por atualmente nos inserir em um mundo digital (p. 67 e 68). Em suma,

A revolução tecnológica atual originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica essencial, caracterizando a nova sociedade emergente desse processo de transformação como capitalista e também informacional (CASTELLS, 2005, p. 50)

Em consonância a essas formulações teóricas, Santos (2008, p. 24) afirma que o processo de internacionalização do mundo capitalista culmina na chamada globalização, isto é,

a emergência de um mercado econômico global pautado na utilização deste novo sistema de técnicas, tendo em vista que

há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal. (SANTOS, 2004, p. 27)

Quanto às características deste momento histórico pautado em um novo modo de produção capitalista, o autor destaca a economização da vida social, a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto (SANTOS, 2004, p. 117). Outros autores que discorreram sobre o assunto, tal como CARLOS (2004), adotam o termo “mundialização” ao invés de “globalização”, conceituando esse processo como a extensão do capitalismo, cuja realização se dá em um plano mais ampliado espacialmente, produzindo uma nova dinâmica espacial (p.29). Partindo deste pressuposto, no que diz respeito à escala local, a influência da globalização/mundialização na produção espacial de Cajamar e a consequente destruição parcial do bairro Gato Preto se deu em razão dos seguintes aspectos: atuação do mercado imobiliário e sua dinâmica de aluguéis de galpões logísticos (fator financeiro), desenvolvimento tecnológico e emergência do setor de e-commerce (fator técnico-científico) e atuação estatal, através da legislação e ajustes no patrimônio (fator político).

5.1.1 A (re)produção espacial em Cajamar através do mercado imobiliário e os conflitos de uso do solo urbano

De acordo com Carlos (2000), a constituição de São Paulo como uma cidade global se dá de maneira dialética, pois se por um lado a cidade é integrada à dinâmica econômica em escala mundial, por outro, ocorre a desintegração do modo de vida tradicional, da organização do trabalho, das relações de vizinhança, dos espaços públicos e do centro histórico da cidade, devido à maneira pela qual o capitalismo financeiro se realiza no espaço urbano (p. 36). Tendo em vista que para a realização do capitalismo financeiro novos setores e localidades são construídos na cidade a fim de atender a essa nova lógica, dois fatores ganham relevância no processo de produção espacial do meio urbano: o primeiro, corresponde ao setor de serviços, voltado ao atendimento desta nova dinâmica mundializada, bem como suas atividades de suporte (ex.: informática e telecomunicação); e o segundo diz respeito ao mercado imobiliário, relacionado ao investimento na compra do solo urbano para a produção

de edifícios corporativos destinados ao mercado de locação para estes serviços modernos (CARLOS, p. 29).

Diferentemente da economia industrial, a qual necessitava de bases fixas e duradouras para se realizar, em uma economia financeirizada, cujo capital é volátil, não é vantajoso para os empresários fixar/imobilizar o seu capital, torna-se mais viável alugar imóveis ao invés de compra-los, devido a diminuição de custos e riscos. Assim, identificada esta demanda, o espaço passou a ser um vetor de investimento para o setor imobiliário, devido a sua rentabilidade proporcionada pela construção de edifícios comerciais voltados ao mercado de locação. Entretanto, essa dinâmica de produção espacial instaurada no contexto do capitalismo financeiro, converte o espaço em um produto/mercadoria e institui um conflito entre diferentes sujeitos sociais acerca dos usos do solo urbano, pois a construção de um novo espaço visando atender a essa nova lógica de produção capitalista na realidade se assenta na transformação de espaços já existentes na cidade até então com outras funções e usos; por este motivo Carlos (2004) conceitua esse processo enquanto uma (re)produção espacial, a partir da qual, de acordo com ela,

a função residencial cede importância (e lugar) para o setor de serviços com mudanças profundas na vida cotidiana, consequência da mudança dos usos/funções dos lugares; da expulsão dos moradores para outras áreas, do deslocamento da “população não compatível” com as novas formas/funções, como os favelados. No processo, a implosão das antigas relações entre os habitantes e entre esses e o espaço sinaliza a instauração do cotidiano normatizado, empobrecido, estranho. (CARLOS, 2004, p.34)

É neste contexto em que ocorrem as transformações socioespaciais no bairro Gato Preto. Segundo dados estatísticos apresentados pela FGV (2021), atualmente Cajamar concentra 22% dos condomínios de logística de todo o Estado de São Paulo, cuja área ocupada totaliza cerca de 793,28 ha¹⁵, fato que a fez ser conhecida como a “Faria Lima” dos galpões logísticos (CHIARA, 2021), em alusão à avenida homônima que concentra as maiores empresas de São Paulo relacionadas ao mercado financeiro. No entanto, a instalação dos setores imobiliário e logístico na cidade de Cajamar não é aleatória, tendo em vista que o valor atribuído a uma determinada parcela do espaço urbano se dá por meio de sua localização, papel e grau de interrelação com o espaço global produzido (CARLOS, 1992, p. 53); assim, quanto mais bem localizado estiver o terreno, maior o potencial de rentabilidade para o seu proprietário. No caso de Cajamar, a despeito da questão política, a qual trataremos mais

¹⁵ Cálculo realizado após vetorização dos galpões logísticos a partir da interpretação de Imagens de Satélite Google Earth, 2022.

adiante, a sua vantagem geográfica se dá pelo fato de estar situada na intersecção entre diferentes sistemas viários com acesso às principais rodovias do país, bem como pela possibilidade que vem sendo estudada pelo Grupo CCR¹⁶ de construção do terceiro maior aeroporto da região metropolitana de São Paulo nas intermediações da cidade. Estes fatores diante de uma economia globalizada estabelecem uma grande vantagem do ponto de vista da facilidade e agilidade nos fluxos de escoamento (chegada e saída dos produtos), sendo um atrativo tanto para o investimento do setor imobiliário como para a instalação de empresas do terceiro setor (comércios e serviços).

Dessa forma, o mapa apresentado a seguir (figura 08) evidencia a correlação existente entre o crescimento do setor imobiliário voltado para a locação de galpões logísticos nas duas últimas décadas (2000-2022) e a vantagem geográfica de Cajamar, isto é, sua localização diante de uma economia globalizada. Como é possível notar, no início dos anos 2000, primórdios da transição do capitalismo industrial para o financeiro-informacional, ainda não havia polos logísticos na cidade, sendo que os primeiros galpões construídos se consolidaram em meados de 2010. Contudo, na última década, observa-se um aumento exponencial de empreendimentos logísticos edificadas no município de Cajamar, podendo ser compreendido como a materialização daquilo que Chesnais (2000) chamou de capitalismo informacional, fruto do desenvolvimento das técnicas que propiciaram a inserção da sociedade em um mundo digital e globalizado, uma vez que a realização de compras online, possibilitada pelo surgimento do e-commerce, aumentou a abrangência espacial das empresas e, por conseguinte, expandiu o setor logístico; haja vista que em 2020, 24% das áreas de galpões logísticos disponíveis para locação em Cajamar eram ocupadas por empresas do seguimento online, dentre elas as grandes varejistas B2W, Mercado Livre e Amazon (ESTADÃO, 2020). Ademais, destaca-se ainda que os galpões logísticos edificadas estão concentrados nas áreas lindeiras da Rodovia Anhanguera, constituindo um corredor, devido à localização vantajosa diante do contexto viário regional, fator primordial para os fluxos de chegada e saída de produtos, sobretudo os do e-commerce, ligados a uma dinâmica econômica globalizada.

¹⁶ Empresa de infraestrutura, transportes e serviços.

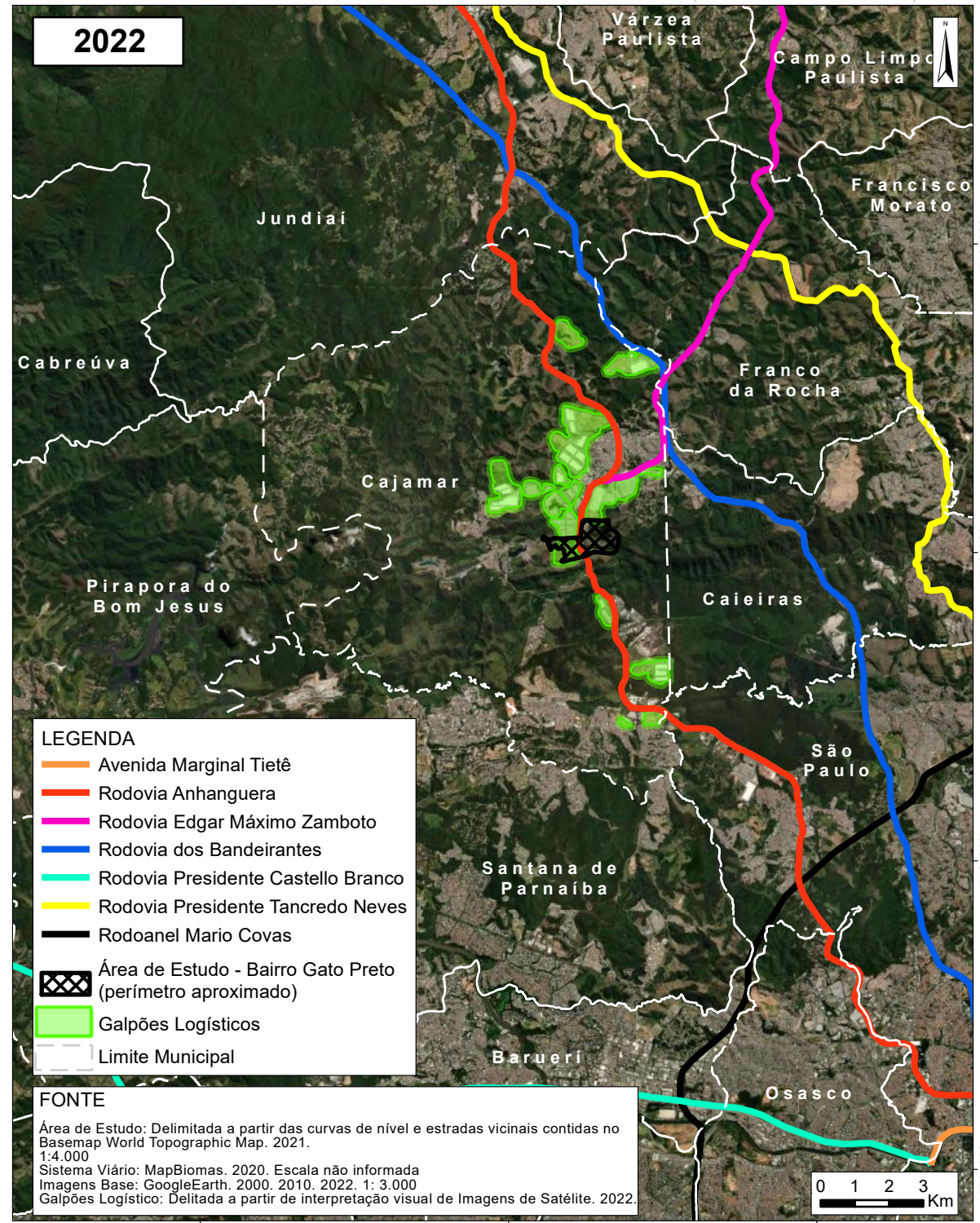
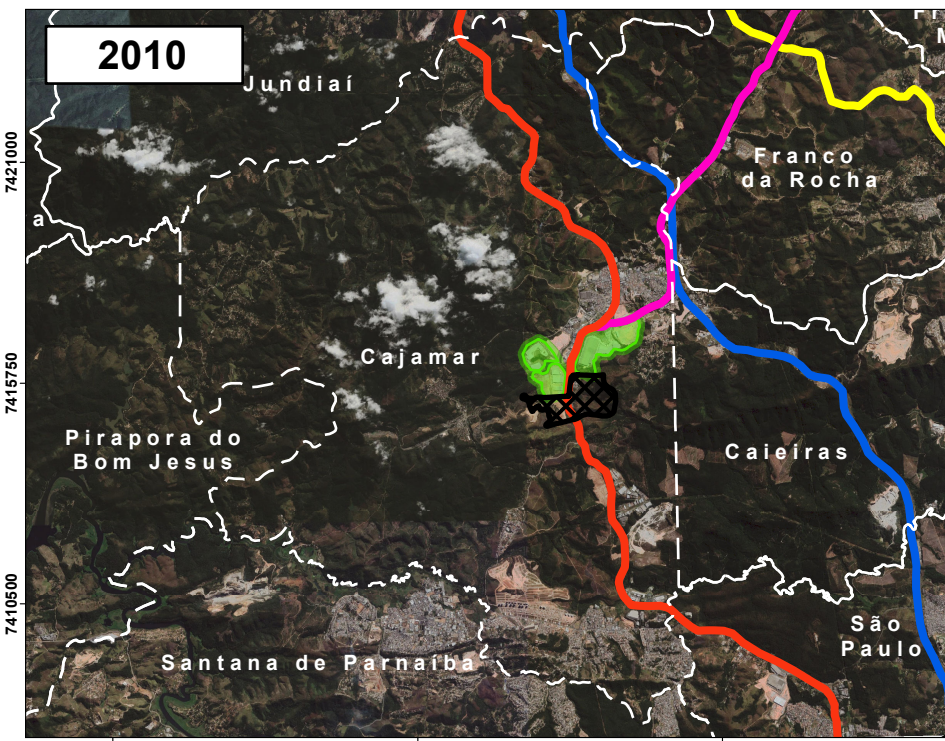
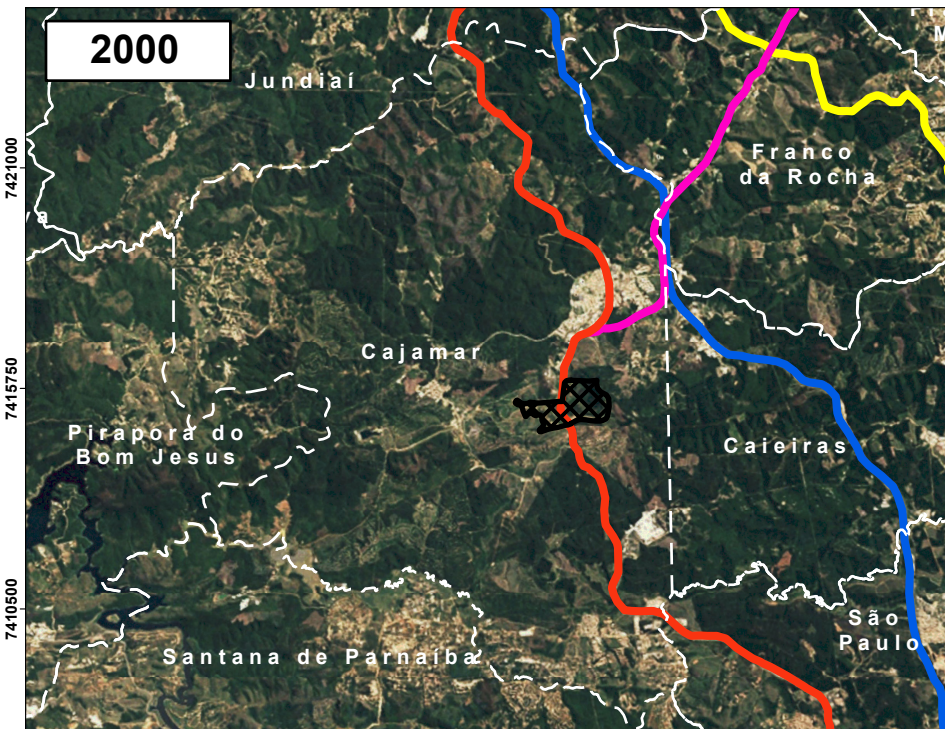


Figura 8 - Mapa do contexto viário e expansão logística em Cajamar (2000-2022) (fonte: elaboração própria, 2022)

Assim, as transformações no uso do solo em Cajamar suscitam a necessidade de retomarmos as formulações teóricas de Lefebvre acerca da produção espacial, no que diz respeito às categorias de valor inerentes ao capital (valor de uso e valor de troca) que se expressam também no espaço. De acordo com ele, o espaço construído voltado para a acumulação de conhecimentos, técnicas e obras relaciona-se com a reprodução da vida social e política, sendo a construção da cidade uma obra; em contraste, tem-se a orientação irreversível na direção do dinheiro, das trocas e dos produtos, voltados para o lucro; com efeito, a obra é valor de uso e o produto valor de troca (LEFEBVRE, 1968, p. 12). Conforme exposto por CARLOS (2015), diante do capitalismo financeiro [e informacional] a construção da cidade volta-se aos negócios e o espaço é visto como uma mercadoria, um produto.

Dessa forma, considerando que a instalação do mercado imobiliário e do setor logístico se dá a partir da transformação dos espaços já existentes na cidade, isto é, por meio de sua (re)produção, as localidades que até então caracterizavam-se por finalidades e usos distintos da lógica produtiva/mercadológica se tornam um obstáculo para a realização do capitalismo financeiro, haja vista o bairro Gato Preto e seu patrimônio cultural, situado no percurso do corredor logístico que vem sendo consolidado nas áreas lindeiras da Rodovia Anhanguera (figura 08), instituindo, assim, um conflito de interesse entre diferentes sujeitos sociais, cujo cerne do embate é justamente as percepções de valor de uso e valor de troca sobre o espaço.

5.1.1.1 Os ajustes do patrimônio no Gato Preto e a atuação do Estado diante da nova dinâmica capitalista

Como foi possível verificar no capítulo anterior, no final da década de 1990, o uso e ocupação do solo no bairro Gato Preto destinava-se à moradia e à preservação do patrimônio cultural da EFPP. Porém, desde o processo de tombamento do respectivo patrimônio já era notável a existência de um conflito de interesses entre diferentes agentes sociais a respeito do valor daquele espaço: de um lado, estava o proprietário Abdalla e seus interesses econômicos e do outro, a ABPF, com sua proposta de uso histórico-cultural do local. Como é possível constatar nos autos do processo de tombamento, os proprietários nunca tiveram interesse na conservação do acervo tombado e na preservação do imóvel levando em consideração a sua finalidade cultural (PROCESSO nº 1273/80, p. 556), à exemplo de sua contestação ao CONDEPHAAT quando o processo de tombamento foi aberto, bem como o seu descaso quando o patrimônio já havia sido tombado, tendo em vista que a responsabilidade de

manutenção das instalações e objetos que compõem o acervo é de incumbência dos proprietários.

Neste sentido, considerando os interesses econômicos dos proprietários, podemos compreender a omissão e negligência dos mesmos para com a conservação e preservação do patrimônio como um resultado do embate entre as diferentes percepções de valor do espaço, uma vez que a preservação do patrimônio edificado e da memória é contrária à lógica capitalista, que tende a transformar o espaço em mercadoria, sobrepondo-a ao valor de troca em detrimento do seu real valor de uso (FIGUEIREDO, 2013, p. 66). É diante desta incompatibilidade entre as lógicas de troca do capitalismo financeiro e de uso do patrimônio cultural que este se torna uma barreira/obstáculo a ser eliminado diante do processo de (re)produção do espaço. Conforme afirma Scifoni,

o patrimônio se torna uma barreira quando a preservação inviabiliza a implantação de empreendimentos atrelados à concepção de um determinado projeto voltado para a realização máxima do valor e do lucro na produção imobiliária [...] O patrimônio torna-se obstáculo, também, quando o seu uso e apropriação social não se adaptam à lógica hegemônica que produz o espaço urbano homogêneo como condição de sua valorização. (SCIFONI, 2015, p. 211)

Assim, no contexto de (re)produção espacial sob a lógica do capitalismo financeiro, o Estado desempenha novos papéis, se tornando ainda mais ativo no suporte às atividades capitalistas (BRENNER et.al.,2012; BRENNER, 2004; PECK, 2016 apud LOPYDA, 2011), diferentemente do que prega o discurso neoliberal. Sua ação se dá através da implementação de infraestruturas e condições necessárias à realização da (re)produção espacial. Dentre o suporte estatal destaca-se, neste caso, as medidas legislativas de dois tipos: as políticas de incentivo fiscal e os ajustes do patrimônio, definidos por Scifoni (2015) como o conjunto de mecanismos articulados por meio estatal com a finalidade de viabilizar a aprovação de empreendimentos privados e grandes projetos públicos que não seriam aprovados pela legislação que resguarda a preservação do patrimônio, flexibilizando-a (p. 211).

No caso do patrimônio cultural da EFPP situado no Gato Preto, no início dos anos 2000, foi feito um acordo entre os proprietários e o CONDEPHAAT: aqueles transfeririam a responsabilidade pela preservação e conservação do acervo tombado ao órgão de preservação estadual desde que o mesmo retirasse o bairro Gato Preto do perímetro de tombamento da EFPP. Este ajuste legislativo do patrimônio concretizou posteriormente a (re)produção espacial no bairro por meio da remoção dos moradores, sucedida pela demolição de todo o acervo que havia sido tombado e a posterior construção de um empreendimento logístico no

local. Não por acaso, a flexibilização da legislação relativa à preservação do patrimônio da EFPP coincidiu com a implementação de políticas públicas municipais voltadas ao incentivo fiscal para a implementação de atividades empresariais em Cajamar, como foi o caso da lei nº 1.090/2003, que instituiu a isenção, pelo período de cinco anos, dos seguintes atributos: imposto predial e territorial urbano (IPTU) e taxas de licença para localização, fiscalização de funcionamento, funcionamento em horário especial, execução de obras particulares e publicidade. Definindo ainda o ressarcimento das despesas gastas com a aquisição de imóveis, serviços de terraplanagem e execução de obras públicas, destinados à instalação, ampliação, funcionamento ou acesso às empresas que se instalarem no município. Propondo também a análise e levantamentos de áreas, bem como a abertura ou ligação de vias públicas e a negociação, desapropriação, alienação, ocupação, permuta ou parceria, visando a liberação e destinação de áreas ao desenvolvimento econômico do município, dentre outras medidas.

Em 2011 esta lei sancionada em 2003 é revogada e, em substituição a ela, é promulgada a lei nº 1470/2011, em vigor atualmente, a qual dispõe sobre incentivos fiscais no município, concedendo isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) por um período de 13 anos às empresas que se instalarem no município de Cajamar, sendo que para fazer jus aos incentivos concedidos as mesmas devem desenvolver atividade industrial ou de logística. A lei ainda estende a isenção de IPTU às empresas que se instalarem no município, mediante locação de imóveis com ônus de tal tributo (Lei municipal nº 1470/11). O ajuste do patrimônio e as políticas de isenção fiscal mencionados acima são apenas alguns exemplos de como o Estado se subordina à lógica capitalista, em prol de sua realização.

Desde o ajuste do patrimônio realizado no início dos anos 2000 até a demolição parcial do bairro Gato Preto concretizada em 2013, a situação do antigo acervo era ainda mais degradante devido à ausência de manutenção/reparo, crescimento de vegetação nos imóveis, desgastes e ferrugens provenientes da ação intempérica sobre as instalações, bem como a depredação antrópica de objetos do antigo acervo, como é possível constatar nas figuras a seguir (figuras 9, 10 e 11).



Figura 9 - Forno de alvenaria desativado, degradado e exposto às intempéries (fonte: Douglas Nascimento, 2013)



Figura 10 - Resquícios da antiga ponte que sustentava os trilhos em direção à vila Bocaina em situação degradante, com vegetação nos interstícios da estrutura (fonte: Douglas Nascimento, 2013)



Figura 11 - Fragmento do material rodante pixado e com ferrugem (fonte: Douglas Nascimento, 2013)

5.2 O bairro Gato Preto enquanto rugosidade e os desdobramentos socioambientais da (re)produção espacial capitalista

5.2.1 O empreendimento logístico

Antes mesmo da construção do empreendimento logístico sobre a porção do bairro demolida, os moradores já denunciavam a especulação imobiliária como o fator responsável pela destruição do patrimônio e do bairro. A partir da entrevista concedida por moradores locais à Oloeaê filmes¹⁷ em 2014, torna-se perceptível o conflito de interesses sobre o uso do solo no bairro. Os moradores locais que permaneceram no bairro têm como finalidade o uso do espaço para fins residenciais e, naquele momento em que concederam a entrevista, pós-demolição parcial do bairro, já expressavam ter consciência de que o interesse dos proprietários sobre o local estava alinhado com os setores imobiliário e logístico e, conseqüentemente, com a valorização do espaço diante da dinâmica capitalista e da ação estatal, pois conforme relataram,

Os interesses dos poderosos que querem acabar com isso daqui é porque tem o Rodoanel, tem a via Anhanguera, tudo acesso para esses galpões. Aqui é saída pra todo lado [...] A gente está aqui naquelas, sai ou não sai, ninguém fala a verdade pra gente. [29:56 – O Sepulcro do Gato Preto]

No final das contas o poder político da cidade veio, manipulou toda a situação, tirou quem tinha que tirar e beneficiou a quem realmente tem o poder [...] Eu tive acesso a um documento que dizia que em 2020 Cajamar tornaria-se um polo logístico nacional, então Cajamar vai se transformar em um galpão de aluguel. [19:37 – O Sepulcro do Gato Preto]

Assim, em 2021, sete anos após a entrevista concedida pelos moradores, como previsto pelos mesmos, teve início a construção de mais um empreendimento logístico

¹⁷ Para o curta-metragem intitulado “O Sepulcro do Gato Preto”.

voltado ao mercado de locação em Cajamar, desta vez localizado na porção do bairro que foi demolida. A propriedade fundiária do local encontra-se registrada em nome da empresa Faja Desenvolvimento Urbano Ltda., responsável pelo empreendimento. Considerando que, de acordo com informações contidas no site Solutudo, a empresa foi fundada em 1981 e o quadro de sócios é constituído por Antonio João Abdalla Filho (Toninho), milionário paulistano e sobrinho de J. J. Abdalla (ISTOÉ, 2016) e Ronaldo Nofal Chohfi, é possível inferir que a criação desta empresa corresponde à associação feita entre as famílias Abdalla e Chohfi na ocasião do leilão do acervo da EFPP realizado pela União na década de 80, a partir do qual a família Abdalla conseguiu resgatar as propriedades até então confiscadas pelo governo.

Quanto à sua atividade fim, a empresa atua no segmento do setor imobiliário como corretora de imóveis a partir da compra e venda de imóveis próprios, ou seja, está inserida na dinâmica do capitalismo financeirizado: uma vez que a propriedade fundiária já pertence à empresa, a (re)produção do espaço se efetiva a partir da destruição do patrimônio cultural, da expulsão dos moradores locais e do posterior investimento na produção de edifícios corporativos para destiná-los ao mercado de locação; esses fatos elucidam as razões pelas quais os proprietários nunca se interessaram pela preservação do patrimônio cultural, bem como explicitam a finalidade do ajuste do patrimônio realizado no local.

Quanto às características gerais do empreendimento logístico, como é possível verificar no Plano Diretor de Implementação Geral (figura 12), apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental da área (nº043152/2019-76 - CETESB), na antiga vila Casa de Pedra, sobre as ruínas do acervo relativo à EFPP e das casas operárias demolidas, encontra-se em andamento a construção de três galpões (A – 36.180,00 m², B – 66.487,50 m²; C – 47.520 m²), os quais compõem um condomínio logístico com área total construída de 154.387,50 m², cuja a finalidade de uso não corresponde à implantação de nenhum tipo de indústria, segundo declarado pelo procurador da empresa Faja Desenvolvimento Ltda., segundo ele, o futuro uso dos galpões edificadas no terreno será voltado para armazenamento, logística e serviços, conforme consta nos autos do referido processo.



Figura 12 - Plano Diretor de Implantação Geral (fonte: CARAM¹⁸, 2021)

Dessa forma, com a implementação deste empreendimento que se encontra em curso, o quadro socioespacial do Gato Preto e seu entorno se resume a uma paisagem composta pela hegemonia dos galpões logísticos voltados ao mercado de locação, fruto da dinâmica capitalista financeira responsável pela (re)produção do espaço urbano em Cajamar, restando do bairro apenas a porção à leste da Rodovia Anhanguera, isto é, as vilas DER, Urne, Boa Vista e Bocaina, como é possível verificar na figura 13, apresentada a seguir.

¹⁸ Construtora Ribeiro Caram Ltda.



Figura 13 - Panorama geral da paisagem do Gato Preto e entorno, com predominância dos galpões logísticos (linha vermelha no horizonte) (fonte: Mayara Bispo, 2022)

5.2.2 As consequências da implementação dos galpões logísticos para o bairro

Os impactos das instalações logísticas que cerceiam os resquícios do bairro Gato Preto são latentes para aqueles que ainda residem no local, sendo possível constata-los a partir dos relatos de moradores locais:

Dentro de todo esse contexto, você olha em volta de você e não consegue ver mais a natureza, consegue ver cimento, galpão, pessoas diferentes. Você vai pegar a Anhanguera já estressado de carros, vai pegar o ônibus já se estressa, porque é aquela fila danada no meio da Anhanguera, dentro de Jordanésia, daqui a pouco fecha o tempo, chove 4/5 horas e é trânsito, é enchente, é difícil. (Roberto, 49 anos – entrevistado por Mayara Bispo em jan/2022)

Além da falta de capacidade infraestrutural de Cajamar para comportar o crescimento exponencial do setor logístico na cidade nestas últimas décadas, tornando o trânsito um problema corriqueiro na região, dentre as consequências socioambientais que afetam o cotidiano dos moradores, é possível mencionar como a de maior dimensão e recorrência as inundações, alagamentos e enxurradas¹⁹. O relevo no qual o Gato Preto está inserido corresponde à área de várzea do Ribeirão dos Cristais, apresentando baixa declividade em relação ao entorno e cotas altimétricas que variam de 700 a 750 m de altitude, portanto, evidentemente o local apresenta uma suscetibilidade natural a ocorrência de inundações devido a estas características.

¹⁹ Definição de inundação, alagamento e enxurrada, respectivamente: transbordamento das águas de um canal de drenagem, atingindo as áreas marginais – planícies de inundação ou área de várzea; acúmulo de água nas ruas e nos perímetros urbanos, por problemas de drenagem; escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte ocasionado em eventos chuvosos intensos ou extremos, geralmente quando ocorrem não há tempo hábil para os moradores tomarem os devidos procedimentos para se protegerem ou salvarem os seus bens (CPRM, 2017).

Entretanto, após a construção da Rodovia Anhanguera e o surgimento dos galpões logísticos na região os problemas hidráulicos agravaram-se. A construção da via demandou a elevação da mesma, fazendo com que a sua região lindeira ficasse ainda mais rebaixada em relação ao entorno; logo, quando as chuvas apresentam um volume suficiente para causar o extravasamento do canal fluvial do Ribeirão dos Cristais, inunda não só a Rodovia como, principalmente, a zona lindeira mais baixa do que a Anhanguera, na qual localiza-se o bairro Gato Preto. Por este motivo, no mapeamento de risco realizado em 2020 pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a área correspondente às vilas Bocaina e Boa Vista é classificada em setores de risco muito alto, alto e moderado quanto aos processos de inundação (figura 14).

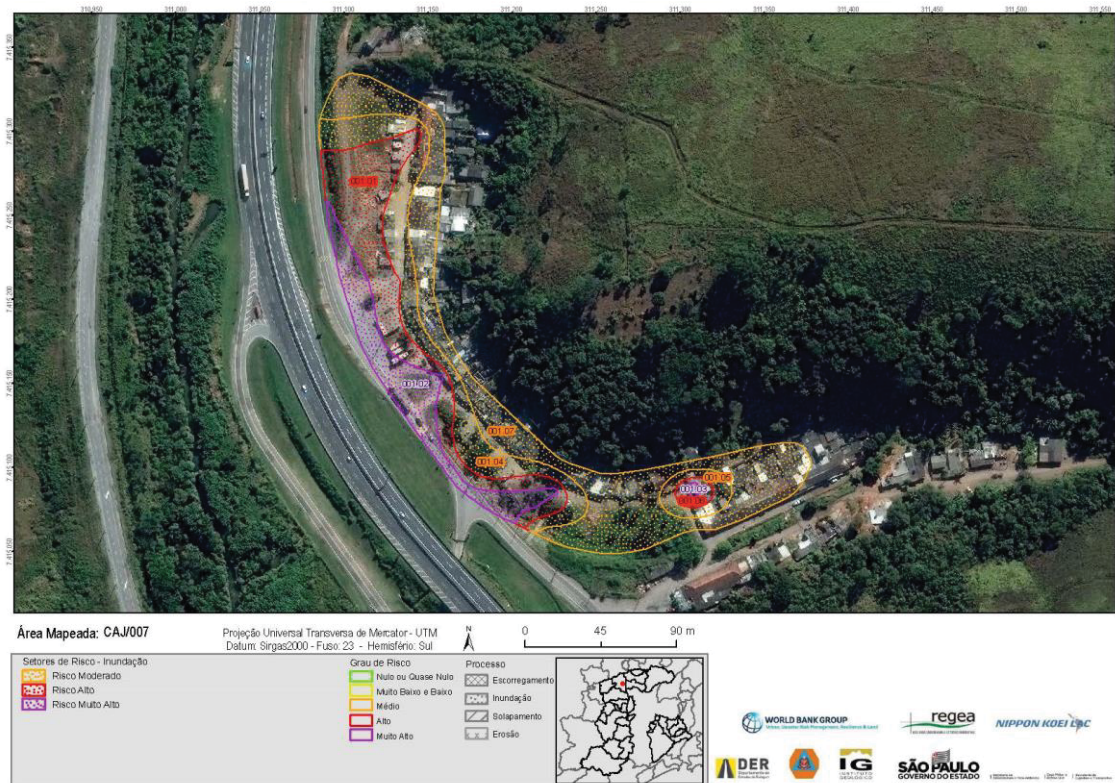


Figura 14 - Mapa de Risco de Inundação: Folha CAJ/007 (fonte: IPT, 2020)

No que diz respeito às vilas Urne e DER, ainda de acordo com referido estudo, estas áreas apresentam setores de risco de inundação com grau baixo a moderado, porém, neste caso o problema é outro. As obras de terraplanagem que vem sendo realizadas no limite norte do bairro, com a finalidade de expandir o galpão logístico edificado do grupo Marabraz, deram origem aos problemas de alagamentos e enxurradas que a população vem enfrentando no bairro nos últimos 4 a 5 anos, sobretudo em períodos chuvosos e de chuvas torrenciais.

Agora aqui a gente tá sofrendo com essa terraplanagem da Marabraz, de uns 4 a 5 anos pra cá, eles fazem a terraplanagem deles lá e pra poder reter a água dentro, com as máquinas, eles jogam terra em volta e depois quando chove a água vai caindo dentro, é onde estoura e acaba atingindo as casas aqui embaixo, que são 170 famílias [...] hoje você vê aqui uma comporta que a gente fez que é pra tentar minimizar aqui dentro de casa, porque no quintal entra [água]. Se você observar dia 17 de dezembro passado agora, o que a gente passou aqui, aquela chuva que deu e não choveu tanto, o rio não encheu tanto, mas foi que estourou a barragem lá em cima e a lama veio com tudo, veio varrendo tudo [...] parece que a vizinha escutou o estouro, fez "tum", a hora que abriu desceu aquela água, desceu com tudo, onde era o campo que tem aquela barragem que segura ali embaixo, mas não conseguiu reter né?! Era uma quantidade muito grande que desceu, com lama, acabou pegando muitas famílias e teve gente aí que perdeu tudo (Roberto, 49 anos – entrevistado por Mayara Bispo em jan/2022)

Conforme relatado pelo Sr. Roberto, em concomitância com as obras de terraplanagem, a empresa Marabraz transformou o campo de futebol de várzea da vila DER, única área de lazer das crianças locais, em um piscinão para conter as enxurradas provenientes da porção mais alta, onde estão realizando a expansão do galpão logístico (figura 15). Pelo fato de o bairro situar-se em uma altimetria menor em relação ao entorno, como já mencionado, quando chove, a água pluvial proveniente dessas porções mais elevadas, onde localizam-se os galpões, desce o talvegue e atinge as residências do bairro quando a barragem construída não suporta a capacidade da água (figuras 16 e 17).



Figura 15 - Visão panorâmica do antigo campo de futebol da vila DER transformado em piscinão para reter as enxurradas e, aos fundos, a obra de terraplanagem da empresa Marabraz (fonte: Mayara Bispo, 2022)



Figura 16 - Visão à montante da vila: obra de terraplanagem da empresa Marabraz, localizada no limite norte do bairro Gato Preto (fonte: Mayara Bispo, 2022)



Figura 17 - Visão à jusante da vila, sendo possível notar que a sua altimetria é mais baixa em relação ao entorno (fonte: Mayara Bispo, 2022)

Na tentativa de minimizar esta situação, os moradores locais adotaram algumas medidas preventivas, como por exemplo, a instalação de comportas, o aterramento de quintais para elevar o nível da casa, o cercamento dos fundos da residência e a instalação de válvulas de retenção de curso nos canos internos, pois a água também retorna pelos encanamentos (figuras 18 e 19).



Figura 18 - Comporta de 60cm instalada na entrada da residência de Dona Efigênia (fonte: Mayara Bispo, 2022)

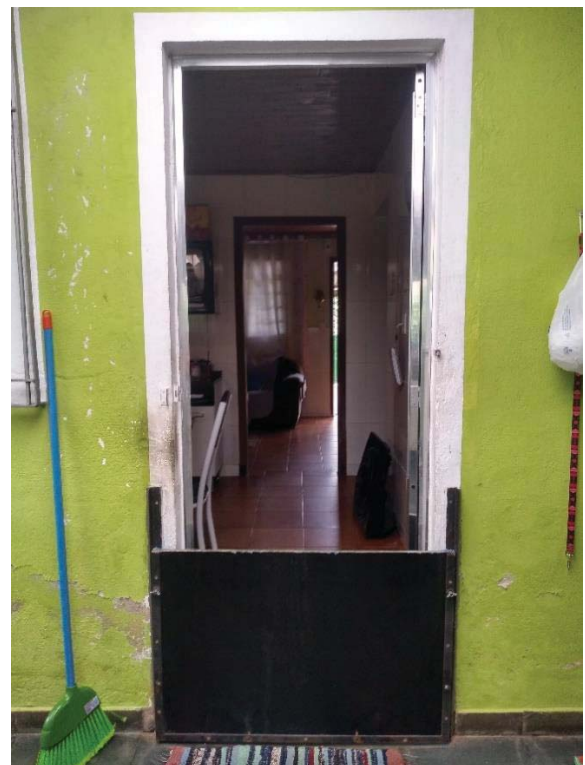


Figura 19 - Comporta de 60cm instalada nos fundos do quintal da residência de Dona Efigênia (fonte: Mayara Bispo, 2022)

Dentre os prejuízos mencionados em decorrência dos alagamentos e enxurradas, Dona Efigênia relata que diversas vezes perdeu e trocou móveis, como suas duas copas de cozinha que eram de madeira e estragaram em diferentes alagamentos, bem como uma mesa, todas substituídas por outros móveis de aço que, de acordo com ela, tem maior durabilidade, pois após os alagamentos basta limpar que não estraga tanto quanto a madeira; ela também relata que em outro evento perdeu a cômoda de seu quarto, pois estufaram as gavetas, o móvel então foi substituído por um guarda-roupa doado pela própria Marabraz, porém de qualidade não compatível com o que tinha antes.

Além da perda de bens materiais e danos às residências, o quadro dramático das consequências advindas da implantação dos galpões logísticos para o Gato Preto é composto ainda por problemas relacionados à saúde dos moradores, tanto física quanto mental:

Dessa última vez que deu a enchente, desceu a lama, eu tive que sair com a minha tia no colo, ela é especial e tem 65 anos. A minha mãe sai um pouco andando, eu falei "Mãe, vamo fechar aqui, a água não vai subir mais, a tendência é água abaixar, amanhã a gente lava". Isso na quinta-feira, já era umas 03h e pouco da manhã. Daí os vizinho veio, conseguimos levantar, fechemo, fomos pra [minha] casa e não conseguia dormir. Tomei banho, troquei de roupa, deitei, não conseguia dormir. A minha esposa levantou de manhã, foi trabalhar ainda na sexta-feira e eu não conseguia, cara [...] Meu sobrinho ele tem acho que 10 dias internado com suspeita de leptospirose, porque a água desceu, ela passa na valeta, a valeta nossa ali é a céu aberto, não é tubo, então encheu ela joga toda aquela sujeira de esgoto pra fora, desce tudo pra cá e parece que ele machucou o pé, vai saber se pegou pelo pé leptospirose [...] E o psicológico?! Porque assim, se você perdeu um móvel hoje, roupa, você trabalha, Deus te dá saúde, com o tempo o material você consegue comprar de novo, entendeu?! Mas o seu psicológico não tem como você recuperar, porque de tudo isso que tá acontecendo, começou a chover, você não consegue dormir a noite [...] Cê toma remédio antidepressivo, cê toma remédio pra dormir, nossa, é difícil falar pra você [...] é muito desgastante, muito desgastante demais. Tem hora assim que você abaixa a cabeça e você não sabe se chora, se ri, se sai correndo, é uma situação assim que só Deus pra sustentar a gente. (Roberto, 49 anos – entrevistado por Mayara Bispo em jan/2022)

Outra consequência da implementação dos galpões logísticos na região está ligada com a tendência que o capitalismo apresenta de homogeneizar o espaço: dada a quantidade perceptível de galpões que atualmente dominam a paisagem da cidade, a existência do bairro e a permanência dos moradores que ainda residem no local é colocada em xeque.

5.2.3 Rugosidade espacial vs homogeneização

Ao discorrer sobre o conceito de rugosidade espacial, Santos (1978) apresenta a ideia de que o espaço-paisagem é o testemunho de um momento histórico no mundo relacionado a um modo de produção específico e que este testemunho se dá a partir da memória do espaço construído e das coisas fixadas na paisagem criada (p.174). Dessa forma, considerando que, de acordo com o autor, o espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança dos processos que o engendraram (p. 173), podemos afirmar que a paisagem não é homogênea, tendo em vista que é composta pela concomitância de formas espaciais oriundas de diferentes momentos históricos, constituindo então o que o autor definiu como rugosidades espaciais: o tempo histórico transformado em paisagem, incorporado no espaço e oferecendo restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (p. 173). Em suma, fazendo uma analogia entre a paisagem e o relevo, a rugosidade corresponderia às descontinuidades de uma determinada superfície.

Desta forma, partindo da conceituação exposta por Santos (1978) e considerando que o Gato Preto é uma forma espacial residual ligada a um outro momento histórico associado à produção capitalista industrial, diante da hegemonia logística que assola Cajamar por meio da realização do capital financeiro, podemos considerar os resquícios do bairro como uma rugosidade espacial neste contexto. O macrozoneamento da cidade, apresentado em 2019 pela prefeitura de Cajamar categoriza toda a área do Gato Preto, com exceção da vila DER²⁰, como uma ZIPI - Zona de Interesse Predominantemente Industrial. Ademais, na divisão político-administrativa interna do município, oficializada pela lei complementar nº142/2013, os limites do bairro são redefinidos, conformando duas novas unidades territoriais, cujas toponímias passam a fazer referência a seu novo uso/finalidade hegemônico: “Bairro Empresarial Gato Preto” e “Bairro Empresarial Paineira”. A delimitação territorial do bairro bem como as mudanças em sua finalidade de uso e ocupação podem ser constatadas no mapa a seguir (figura 20), o qual compila os dados da lei complementar nº142/2013 e a proposta de macrozoneamento municipal.

²⁰ Classificada como uma ZEI – Zona Especial de Interesse Social

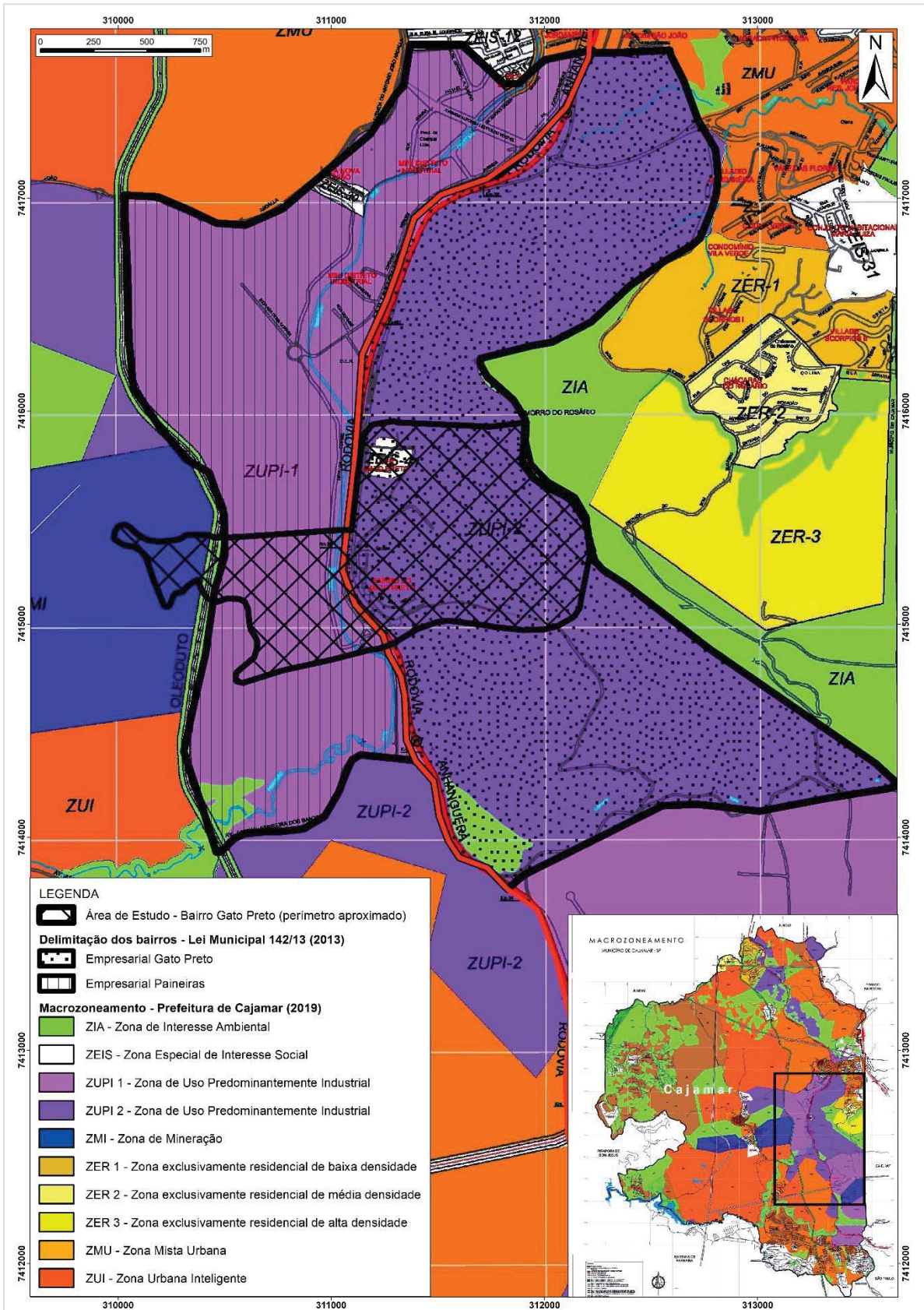


Figura 20 - Mapa de redefinições territoriais e finalidades de uso do bairro Gato Preto (fonte: Prefeitura de Cajamar, adaptado por Mayara Bispo, 2022)

Entretanto, em contrapartida a estas medidas, recentemente, em 2022, a prefeitura municipal de Cajamar promulgou o Decreto nº 6.626, o qual dispõe sobre a desapropriação da porção leste do bairro Gato Preto, de propriedade da empresa Faja Desenvolvimento Urbano Ltda., mediante às seguintes justificativas:

- o núcleo habitacional inserido nas áreas que ora se pretende a desapropriação, possui para o município relevante valor histórico, haja vista que abrigou e abriga desde o século passado antigos funcionários da CBCPP - Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus;
- considerando que com a remoção dos moradores do Bairro Gato Preto do lado esquerdo da Rodovia Anhanguera, sentido Interior – Capital, temos nas ruas Bocaina e Rua Boa Vista, local ora desapropriado, o último remanescente das casas construídas em meados do século XX, que atualmente residem 167 (cento e sessenta e sete) famílias dos antigos empregados da CBCPP - Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus;
- considerando, a necessidade da preservação histórica e cultural do Município de Cajamar; em conformidade com o artigo 216, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Quanto às finalidades do decreto, o mesmo institui que, uma vez que tais áreas se tornarão públicas será possível prover a sua regularização fundiária e urbanística; além de realizar projetos para a execução de obras (pavimentação das vias e iluminação pública), bem como, requerer os serviços de concessionárias de serviços públicos, tais como a SABESP no fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e a regularização da distribuição de energia elétrica pela ENEL. Ademais, prevê ainda que parte das áreas desapropriadas servirá para implantação de um piscinão que visa equacionar os alagamentos ocorridos por fortes chuvas na vila DER.

Dessa forma, a análise destes fatos deixa em aberto o questionamento sobre o futuro do bairro Gato Preto, de seus moradores e da porção territorial que deveria ter sido preservada enquanto patrimônio cultural: a tendência é o desaparecimento total diante da hegemonia do setor logístico ou a reafirmação enquanto uma rugosidade espacial?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia enquanto campo de estudo cuja premissa é a busca pela compreensão da relação sociedade-espço requer do pesquisador que se propõe a analisar e discutir tais questões uma perspectiva minimamente interdisciplinar, integrada e correlacional entre diferentes fatores, agentes, processos e escalas. Desde modo, buscou-se, como demonstrado ao longo deste trabalho, mobilizar desde aspectos históricos e físicos (geologia, geomorfologia, planialtimetria e hidrografia) até político-econômicos, na tentativa de obter maior êxito na compreensão da dinâmica socioespacial do bairro Gato Preto, bem como da complexidade que envolve a construção e a transformação deste espaço geográfico.

No que diz respeito ao Patrimônio Cultural, apesar das discussões deste âmbito terem avançado a partir da década de 80, redefinindo sua etimologia e, por conseguinte, ampliando o próprio entendimento do que é cultura; observou-se que a questão prática da preservação e conservação da memória operária, bem como de outros grupos não-hegemônicos, ainda se encontra negligenciada em relação a sua real importância e valor. Quanto ao objeto de tombamento analisado, acreditamos ter sido um equívoco do CONDEPHAAT não incluir a porção do Gato Preto situada à leste da via Anhanguera no perímetro de tombamento da área envoltória inicialmente proposta, tendo em vista que o acervo relativo à EFPP sempre esteve associado a um complexo industrial-minerário específico relacionado à memória operária; portanto, os elementos que materializam essa dinâmica integrada, como as casas operárias e a capela do bairro, deveriam também, por sua vez, terem sido objeto de preservação/conservação neste contexto. Um exemplo contrário a este é o caso do acervo localizado no Distrito de Perus em São Paulo: diferentemente do CONDEPHAAT, os estudos realizados pelo CONPRESAB abarcaram também a questão arquitetônica do bairro situado no entorno da CBCPP, resultando no tombamento não somente da fábrica e da linha férrea a ela associada, como também da vila triângulo como um todo, pelo fato de a mesma estar inserida no contexto do complexo industrial-ferroviário-minerário em questão.

Ademais, a partir desta pesquisa foi possível constatar também o quanto a hegemonia logística que se impõe ao meio urbano de Cajamar atualmente, promovendo a dissolução de outras finalidades de uso e ocupação não ligadas à lógica capitalista, é resultante da subordinação do Estado à lógica de reprodução capitalista, tal como expõe SANTOS (1987). No caso de uma economia globalizada, diferentemente do discurso neoliberal pregado a partir da década de 80, a atuação estatal se torna fundamental pra realização deste sistema

socioeconômico em sua nova fase financeiro-informacional, seja por meio do fornecimento de infraestruturas primordiais, seja através da atuação legislativa criando as condições necessárias para a sua realização, tais como os ajustes do patrimônio e as leis de incentivo fiscal, vide o caso do Gato Preto. Uma vez que a (re)produção do espaço é condição e consequência desta dinâmica, emergem ainda no meio urbano conflitos entre diferentes sujeitos sociais relacionados ao uso do solo, devido aos distintos valores atribuídos ao espaço. No caso do bairro Gato Preto, apesar de recentemente ter sido promulgado um decreto visando a sua desapropriação com interesses sociais, tendo em vista a inclinação das políticas públicas de se voltarem aos interesses econômicos, se torna difícil crer que esta medida é o suficiente para resguardar de fato a permanência dos moradores no local e garantir a existência do bairro, pois com o avanço exponencial dos galpões logísticos na região a probabilidade de o mesmo ser extinto é considerável, ainda que esteja sobre propriedade das instâncias municipais e não privadas, dada a articulação existente entre ambas e a sua posição geográfica.

Portanto, a problemática relacionada aos conflitos socioespaciais suscita a necessidade de refletirmos sobre o planejamento urbano das cidades contemporâneas, bem como sobre o modo de produção no qual estamos inseridos. Faz-se necessário repensar a constituição da cidade e da produção espacial de acordo com as demandas sociais e não por meio do valor de troca inerente à reprodução capitalista em busca do lucro máximo. Neste sentido, a economia deve servir à sociedade ao invés de subordiná-la à sua lógica, bem como o Estado, por sua vez, precisa desempenhar o seu papel social, investindo em infraestruturas necessárias à reprodução da vida, bem como em espaços de troca e de memória coletiva - vide os patrimônios culturais; assim como deve priorizar em seu planejamento o bem-estar físico e mental dos cidadãos. Em suma, para que a construção de uma nova cidade se concretize, torna-se imperativo romper com a lógica capitalista e recuperar o sentido de espaço apropriado socialmente como uma obra da/para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Jéssica Aparecida Moreira; GOULD, Larissa. **Queixadas - Por trás dos 7 anos de greve**. São Paulo: Fapcom, p.166, 2013.

ANJOS, Ana Cristina Chagas et al. **O Rio pelos Trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar. Caieiras: IPEH–Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana**, p. 197, 2008.

BATISTA, Eronides. **Copase: papel e futebol**. Nidão e Suas Histórias, 2015. Disponível em: <<https://nidaoesuashistorias.wordpress.com/2015/04/17/copace-papel-e-futebol/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BATISTA, Eronides. **Fotos do Esporte Clube Gato Preto**. Nidão e Suas Histórias, 2014. Disponível em: <<https://nidaoesuashistorias.wordpress.com/2014/07/03/fotos-do-esporte-clube-gato-preto/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BATISTA, Eronides. **Pioneiros da Indústria em Cajamar: empresas Beneduce e Companhia de Cimento Portland-Perus**. Nidão e Suas Histórias, 2017. Disponível em: <<https://nidaoesuashistorias.wordpress.com/2017/05/25/pioneiros-da-industria-em-cajamar-empresas-beneduce-e-companhia-de-cimento-portland-perus-2/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BATISTA, Eronides. **Saudades do Gato Preto**. Nidão e Suas Histórias, 2020. Disponível em: <<https://nidaoesuashistorias.wordpress.com/2020/12/30/saudades-do-gato-preto/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 1937**. Dispõe sobre a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Art. 216**. Dispõe sobre o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 16 de out. 2021.

BOFF, Leonardo. **O Ecocídio e o Biocídio**. In: SADER, Emir (org.), Sete pecados do Capital. Rio de Janeiro: Record, pp.31-56, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas**. Estudos Avançados [online]. 2003, v. 17, n. 47 , pp. 198-211. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000100012>>. Acesso em: 18 de out. de 2021

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **Decreto Número 6626 de 2022**. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/decretos/decretos-municipais/decreto-6626-de-2022-2/>>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **História**. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/cidade/historia/>>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **Macrozoneamento**. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/infraestrutura/macrozoneamento/>>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **Lei Número 142 de 2013**. Dispõe sobre a oficialização de bairros e a alteração de linhas internas que definem os limites territoriais dos Distritos, no Município de Cajamar. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/leiscomplementares/leis-complementares/lei-complementar-numero-142-de-2013/>>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **Lei Número 056 de 1961**. Dispõe sobre a criação da escola no bairro do Gato Preto. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/legislacao/leis-municipais/leis-1961/lei-numero-56-de-1961/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **Lei Número 1090 de 2003**. Dispõe sobre os incentivos à atividade empresarial e outras diretrizes para o desenvolvimento do Município de Cajamar. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/legislacao/legislacao/leis-2003/lei-numero-1090-de-2003/>>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CAJAMAR. Prefeitura de Cajamar, c2020. **Lei Número 1470 de 2011**. Dispõe sobre os incentivos fiscais no município de Cajamar. Disponível em: <<https://cajamar.sp.gov.br/legislacao/legislacao/leis-2011/lei-numero-1470-de-2011/>>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CAJAMAR. Câmara Municipal de Cajamar, c1960. **Nossa Cidade: Ferrovia Portland**. Disponível em: <<https://www.cmdc.sp.gov.br/ferrovia>>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

CAJAMAR Concentra 22% dos Condomínios de Logística de todo estado de São Paulo. **O Anhnanguera**. 13 de set. de 2021. Economia. Disponível em: <<https://www.oanhanguera.com.br/noticias/5446-cajamar-concentra-22-dos-condominios-de-logistica-de-todo-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

CALDEIRA, T. P. R. **A Nova Segregação Urbana**. Novos Estudos CEBRAP, n. 47, p. 155-176: mar/1997.

CAMARGO, Nelson A. B. de.; MILTON, Thomaz; SIQUEIRA, Elcio; **Estrada de Ferro Perus-Pirapora: um pedaço da história do Brasil sobre trilhos**. Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural. São Paulo: p. 114, 2000.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio e colecionismo: algumas considerações**. Revista Magistro. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.16-24, 2010.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, p.98, 2018.

CARLOS, Ana Fani; CARRERAS, Carles. **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, p.158, 2004.

CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto: **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, p. 270, 2015

CHIARA, Márcia de. Avanço do comércio online faz de Cajamar a “Faria Lima dos galpões”. **O Estado de S. Paulo (ESTADÃO)**. São Paulo, 15 de jan. de 2020. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,avanco-do->

[comercio-online-faz-de-cajamar-a-faria-lima-dos-galpoes,70003158949](#)>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CASTELLS, Manuel. **A nova economia: informacionalismo, globalização, funcionamento em rede**. In: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: paz e terra, pp.68-118, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A revolução da tecnologia da informação**. In: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: paz e terra, pp.119-164, 2005.

CETESB. **Processo nº 043152/2019-76 de 2022**. Disponível em: <<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>>. Acesso em: 07 de jan. de 2022

CHAVES, Marcelo Antonio. **Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945**. 2005. 285 f. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, 2005.

CONDEPHAAT. **Processo nº 21273/80 Parte 1**. 1980. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/cajamar-acervo-da-estrada-de-ferro-perus-pirapora/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CONDEPHAAT. **Processo nº 21273/80 Parte 2**. 1980. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/cajamar-acervo-da-estrada-de-ferro-perus-pirapora/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CONSTRUÇÃO do aeroporto entre Cajamar e Caieiras volta a ser estudado. **Cajamar Notícias**. Cajamar. 17 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://cajamarnoticias.com/construcao-do-aeroporto-entre-cajamar-e-caieiras-volta-a-ser-estudado/>>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

CONSULTAS. Plus. **Acervo da Companhia Paulista de Celulose Copase, s/a**. Disponível em: <<https://consultas.plus/lista-de-empresas/sao-paulo/cajamar/60475852000248-acervo-da-companhia-paulista-de-celulose-copase/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

CPRM. **Processos Hidrológicos: Inundações, enchentes, enxurradas e alagamentos na geração de áreas de risco**, 2017. Disponível em: <<https://defesacivil.es.gov.br>>

CUNHA, Sebastião Ferreira da. **Capítulo II: Capital, autonomização e mercado financeiro**. IN: CUNHA, Sebastião Ferreira da. O Mundo do Trabalho e os Movimentos Intersticiais das relações entre os processos de valorização produtiva e financeira – desdobramentos e impactos. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2013.

DAMIANI, A. L. **Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da Metrópole de São Paulo**. In: CARLOS e OLIVEIRA, A. U. (org.). Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, pp. 19-58, 2004.

EMPLASA. Biblioteca Virtual: Emplasa – Acervo Técnico, s/d. **Plano Diretor de Mineração para o Município de Cajamar**. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/CatalogoEmplasa.aspx>>. Acesso em: 17 de jan. de 2022

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Estações Ferroviárias, s/d. **Gato Preto (Cajamar, SP)**.

Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/gatopreto.htm>>. Acesso em: 16 de jan. de 2022.

ESTRADA DE FERRO PERUS-PIRAPORA. Estrada de Ferro Perus-Pirapora, s/d. **Quem Somos/História**. Disponível em: <<https://efperuspirapora.blogspot.com/p/historia.html>>.

FERREIRA, José Abílio (org.). **Cajamar: cidade de lutas e conquistas**. São Paulo: Noovha América, 2008, p. 150.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões**. Geografia, Ensino & Pesquisa. Santa Maria, v. 17, n.1 p. 55-70, jan./abr. 2013.

GIESBRECHT, Ralph. **Às margens do Juqueri-Mirim**. Blog do Ralph, 2009. Disponível em: <<http://blogdogiesbrecht.blogspot.com/2009/05/as-margens-do-juqueri-mirim.html>>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

GIESBRECHT, Ralph. **E. F. Perus-Pirapora (1914-1983)**. Estações Ferroviárias do Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/gatopreto.htm>>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

GEOCITIES. Geocities, s/d. **A estrada de Ferro Perus-Pirapora e a Fábrica de Cimento**. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/osburkes/aestrada.html>>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

GOVERNO de SP entrega Mapeamento de Riscos para 11 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo. **SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente**. São Paulo: 17 de ago. 2020. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2020/08/governo-de-sp-entrega-mapeamento-de-riscos-para-11-municipios-da-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 14 de mai. de 2022.

HARVEY, David. **A Geopolítica do Capitalismo**. In: HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, pp.127-162, 2005 (2001).

IBGE. IBGE, 2017. **Cidades: Santana de Parnaíba**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santana-de-parnaiba/historico>>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

LAPYDA, Ilan. **A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. 2011. 223 f. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) – FFLCH/USP. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), p.1-105, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, p.141, 2001 (1968).

LENCIONI, S. **A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 120, pp. 133-148: jan/jun 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão**

de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: Iphan, p.25-39, 2012.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural.** Revista Terra Plural, Ponta Grossa: v.3, n.2, p.323-334, jul/dez.2009.

MONBEIG, Pierre. **O crescimento da cidade de São Paulo.** In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), História econômica da cidade de São Paulo, São Paulo: Globo, 2004, p. 14-115.

MONTEIRO, Patrícia Barbosa. **Perus dos Minérios às Memórias - Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus - CBCPP.** 2015. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo), MACKENZIE, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas.** Annablume, p. 156, 2005.

MORAES, Júlio. **Por que o fim de Gato Preto?** Boletim IFPPC, nº 15, s/d. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/fotos/gatopreto0121.pdf>>. Acesso em: 16 de jan. de 2022.

NASCIMENTO, Douglas. **Gato Preto – O triste fim de um patrimônio histórico. São Paulo Antiga.** São Paulo, 14 de jan. de 2014. Disponível em: < <http://saopauloantiga.com.br/gato-preto/>>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

NETO, A. Delorenzo. **A grande São Paulo e a mudança da capital (descentralização e regionalização).** Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, p. 136, 1979.

O SEPULCRO do Gato Preto. Direção: Frederico Moreira e Kaneda Asfixia. Produção: Frederico Moreira, Kaneda Asfixia e Patrício Abe Lagos. São Paulo: Oloeaê Filmes, 2015. (52), son. color. Disponível em: <<https://youtu.be/74ehcYWe4oU>>. Acesso em: 7 de mai. de 2022.

PATRIMÔNIO Cultural. **Portal Iphan,** c2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

PEREIRA, Robson da Silva. **Geografia, um pouco da história e conceitos fundamentais.** In: PEREIRA, Robson da Silva. Geografia: a reflexão e a prática no ensino. São Paulo: Blucher, pp. 21-30. 2012.

QUEIXADAS, Centro de Memória. **Arquivos - Coleções e Fundos.** Disponível em: <<https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos>>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

RODRIGUES, Nilson. **Estrada de Ferro Perus-Pirapora: último santuário em bitola estreita.** In: Revista Brasileira de Ferreomodelismo n.º 9, ano III, Ribeirão Preto, Indústrias Reunidas Frateschi, abr/set.1991.

RODRIGUES, Nilson. **Estrada de Ferro Perus-Pirapora: último santuário em bitola estreita.** In: Revista Brasileira de Ferreomodelismo n.º 9, ano III, Ribeirão Preto, Indústrias Reunidas Frateschi, abr/set.1991.

ROCHA, Paula. Os prazeres de Toninho Abdalla. **ISTOÉ.** São Paulo, 12 de nov. de 2010. Comportamento. Disponível em: <https://istoe.com.br/110486_OS+PRAZERES+DE+TONINHO+ABDALA/>. Acesso em: 07 de mai. de 2022.

ROLNIK, R; KOWARICK, Lúcio; SOMEKH, N; et al. **São Paulo: crise e mudança**. [S.l: s.n.], p. 215, 1990.

SANTOS, Álvaro Rodrigues dos. **Terrenos Calcários: áreas de risco geológico para a Engenharia e para o Meio Ambiente**. Ambiente Brasil, 2008. Disponível em: <<https://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2008/05/05/37974-terrenos-calcarios-areas-de-risco-geologico-para-a-engenharia-e-para-o-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 19 de jan. de 2022.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, p. 142, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, p. 288, 2012 (1978).

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, p. 172, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP, p. 176, 2013 (1994).

SCHNEIDER, Marília. **Câmara Municipal de Cajamar: trajetória e lutas**. São Paulo: Porto de Idéias, p. 200, 2006.

SEABRA, Odette. **Urbanização: bairro e vida de bairro**. Travessia, ano XIII, N. 38, set/dez 2000. p. 11-17.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, p. 86, 1987.

SIQUEIRA, Elcio. **História de Perus: fontes e trabalhos**. Disponível em: <<https://www.historiadorelciosiqueira.com.br/newpage9b40b8a4>>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

SOLTUDO. FAJA Desenvolvimento Urbano Ltda. s/d. Disponível em: <<https://www.solutudo.com.br/empresas/sp/s-paulo/imobiliarias-corretores-de-imoveis/faja-desenvolvimento-urbano-ltda-12314830>>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

SZMRECSÁNYI, Tamás et al. **História econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo, p. 405, 2004.

YASSU, Alexandre. **A Reestruturação produtiva/imobiliária e os arranjos escalares na (re) Produção da metrópole: o caso de Cajamar**. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado em Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Fede) - UFRJ. 2019.